

GERALDO ELVIO BALESTREIRO

*Este trabalho tem por finalidade
revelar o papel de
nosso fundador pelo almejo
Geraldo Elvrio Bales treiro e apontar
para os seus costumes 12 de julho de 1984*

CAPITAL DA ALTA PAULISTA

Uma história do município de Marília.

*Maria do
Wanderley*

Dissertação de mestrado apre-
sentada ao Instituto de Filo-
sofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Cam-
pinas.

orientador: José ...

CAMPINAS, 1984

AGRADECIMENTOS

Sei que cometerei injustiças destacando algumas pessoas e instituições às quais sou grato: devo muito a muita gente. Mas injustiça maior cometeria se não fizesse as citações abaixo.

A FAPESP-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo patrocinou durante o primeiro ano em que estudei na Universidade Estadual de Campinas o Programa de Pós-graduação em Sociologia, através de bolsa coletiva.

A professora Ilse Hildegard Haupt da Motta, da UNESP-Marília, confiou-me dados obtidos através de levantamentos que lhe custaram muitas horas de trabalho. Mas acima de tudo, Ilse Motta merece minha gratidão pelo apoio que sempre me dedicou.

Em momentos diferentes da minha trajetória pelo mestrado em Sociologia da UNICAMP, recebi o apoio e colaboração desinteressada dos membros do programa. Destaco a boa vontade dos professores Daniel Hogan, André Maria Pompeu Vila-Lobos, Manoel Tosta Berlinck e Plínio Dentzien.

A partir do momento em que comecei a enfrentar dificuldades ligadas a aspectos político-institucionais, contei sempre com a ajuda dos professores-doutores Maria Ângela D'Incao, João Manuel Cardoso de Mello e Liana Maria Aureliano. Sem a dedicada atenção e estímulo recebidos, este trabalho certamente não seria possível.

Contei sempre com a boa vontade dos funcionários da DIRA e do ERPIAN em Marília, especialmente Francisco José Magalhães de Toledo, que além de prestar informações importantes, muito contribuiu com sua penetrante visão crítica dos processos vividos na área estudada. Hoje não está mais no ERPIAN, punido por excesso de inteligência.

Meu amigo Carlos Henrique Davidoff das Chagas Cruz, mesmo sem ter lido uma única linha escrita por mim, sempre teve certeza de que meu trabalho seria excelente. A confiança que em mim

depositaram colegas como Carlos Davidoff foi e continua sendo uma ajuda inestimável.

Maria Lúcia teve seus estudos atrapalhados pelas minhas ausências quando viajava para os estudos ou trabalhos. Fernando e Paula tiveram que esperar, não muito pacientemente, alguma atenção a que tinham direito.

Maria Valéria Barbosa e Vicente Teixeira Roque ajudaram pacientemente na preparação dos originais.

As dívidas para com essas e outras pessoas, não poderei pagar nunca. Mas é muito bom poder dever para pessoas como essas.

Í N D I C E

CAPÍTULO I- OBJETIVOS, MEIOS, PLANO DE EXPOSIÇÃO	1
a) Objetivos	1
b) Meios	2
c) Plano de exposição	4
CAPÍTULO II- AGRICULTURA EXPORTADORA E LIMITES DA INDUSTRIALIZAÇÃO	5
a) Colonização do "Oeste Paulista"	5
b) Formação da agricultura	13
c) Relações de produção no campo	18
d) Pequena propriedade	23
e) Coronelismo	26
f) Crise do padrão agroexportador	29
g) Cotonicultura	34
h) Crise da cotonicultura	45
i) Formação da cidade	52
j) Urbanização e diversificação agrícola	61
CAPÍTULO III- INDUSTRIALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO	65
a) Indústria e mercado	65
b) Crescimento industrial de 1946 a 1960	66
c) Crescimento industrial pós-1960	74
d) Agruras da agricultura	81
e) Culturas temporárias	83
f) Pecuária	84
g) Propriedade da terra	86
h) Serviços	92
i) População	95
CAPÍTULO IV - CONCLUSÕES	99
BIBLIOGRAFIA	101

CAPÍTULO I - OBJETIVOS, MEIOS, PLANO DE EXPOSIÇÃO.

a) Objetivos.

O Município de Marília está localizado em uma região do Estado de São Paulo em que as derrubadas para implantação da cafeicultura começaram no início da década de 20. Isto quer dizer, sem a utilização de trabalho escravo. A ocupação do território, antes habitado pelos índios Caingangues, teve como característica a convivência da grande com a pequena propriedade, coisa inusitada nas frentes de expansão do capitalismo no Brasil. A cafeicultura não passou pelo município: ela aqui ficou, convivendo com outras culturas, resistindo mesmo à grande crise que teve início exatamente quando os primeiros cafeeiros começavam a produzir. Os efeitos da grande crise da cafeicultura brasileira foram aqui contornados através da diversificação agrícola, mas sobretudo da implantação da cotonicultura, que chegou a ser bastante importante. A cotonicultura, por sua vez, intensificou o processo de fracionamento da propriedade, entre outros motivos por ter assumido na região a característica de pequena produção.

Aqui começa a se delinear o primeiro grande problema que enfrentaremos neste trabalho: qual o significado da pequena propriedade? É claro que esta questão está ligada a certos sub-temas importantes: a) como apreender as relações entre pequena produção e pequena propriedade? b) como essas duas realidades se relacionam com o processo de expansão da produção capitalista? c) é o pequeno produtor um camponês? mesmo aquele que comprou sua terra a prestações, de uma imobiliária, para produção de mercadorias? d) qual a ação da crise econômica sobre as relações de propriedade no campo? e) de que maneira a atomização parcial da produção no campo age sobre a urbanização? f) em que medida aquela economia em formação estava subordinada a um movimento determinado por um processo acumulativo exógeno?

As questões apontadas seriam suficientes, por si mesmas, para justificar este trabalho, dada sua importância para a compreensão do processo de implantação da economia capitalista.

Mas também importava tentar compreender de que maneira a produção rural alicerçou a acumulação industrial. Aqui, tratava-se de verificar como se dá a transferência dos ativos resultantes das produções da zona rural para a cidade, - desnudando portanto a outra face da moeda.

b) Meios.

Tendo como objetivo o estudo de um município criado - pela "frente de expansão" da cafeicultura capitalista, e pretendendo explicá-lo por conexões mais amplas que aquelas localizadas dentro dos marcos territoriais locais, partimos - dos relatos realizados por historiadores locais, que na verdade mais parecem trabalhos de cronistas que de historiadores. São os casos dos livros de Glycério Póvoas e de Balthazar de Godoy Moreyra, além do relato deste último ao Jornal - "Correio de Marília". Também nos baseamos, com referência aos aspectos puramente locais, nos trabalhos acadêmicos das professoras Francisca Izabel Schurig Vieira e Ilse Motta, o primeiro sobre o migrante japonês na "frente de expansão" paulista e o segundo sobre o uso da terra no município. Também nos beneficiou a utilização de um importante conjunto de dados - levantados pela Prof. Ilse Motta, que não haviam sido aproveitados na elaboração de sua tese de doutoramento.

Utilizamos também os dados pertencentes ao ERPLAN, à DIRA e à FIBGE.

Para formar uma idéia mais próxima da história, como foi vivenciada pelos agentes nos diversos períodos, recorreremos à leitura das coleções de jornais existentes, todas in

completas, notadamente do semanário "Alto Cafesal" de 1928 a 1937 e a entrevistas com antigos moradores, aqui incluindo velhos cafeicultores, "maquinistas", um antigo funcionário de cartório, hoje aposentado.

A complexidade do trabalho avulta na medida em que a pesquisa bibliográfica implicava o estudo de vários temas - que se cruzam na formação do objeto. No caso, desde a questão do café, da pequena propriedade, das frentes pioneiras, das relações interétnicas, das relações de produção na agricultura brasileira, do desenvolvimento ferroviário, da acumulação de capital no capitalismo tardio, temas correlatos, onde a sociologia cruza com os interesses da geografia, economia, etnologia, etc.

Durante a pesquisa, enquanto coletava os dados, entrevistava pessoas e lia os textos, fui construindo, para esclarecimento pessoal, as séries históricas da produção de cada um dos produtos locais, tentando relacionar a alteração dos dados sobre a produção com outros aspectos da formação da economia local. Feito isso, estava preparado para o passo seguinte, que seria escrever, ainda para efeito de pesquisa, uma história baseada em "ciclos". Consistia em uma periodização de acordo com a sucessão das atividades econômicas que pareciam haver presidido o processo de acumulação de capital, e portanto a dinâmica capitalista, nos diferentes momentos. É claro que da mesma maneira que a segmentação diacrônica, mas excessivamente parcelada do primeiro método, era esclarecedora mas não servia para exposição, os cortes sincrônicos constituídos pelos "ciclos" seccionavam o raciocínio e a história. Não serviriam também para a exposição, porque não deixavam passar a dinâmica do processo.

c) Plano de exposição.

c) Plano de exposição.

O trabalho está dividido em duas partes distintas. A primeira, que na verdade começa por sondar as origens da primeira ocupação das terras novas a Oeste de Botucatu, realizadas a partir de 1850 mais ou menos, estuda o grande período correspondente ao fracionamento do espaço agriculturável. Neste período todo o processo econômico está determinado pela predominância do capital comercial, notadamente transnacional, correspondente à produção de bens primários para a exportação.

Compreende:

a) condições prévias: ocupação das terras vizinhas pelos "mineiros"; a estrada de ferro e a expansão da cafeicultura no Estado de São Paulo, suas crises, seus preços.

b) implantação da cafeicultura e pequena produção: a pequena propriedade e outras formas de pequena produção, as relações de trabalho no campo, a hipótese do campesinato como explicação da pequena produção.

c) constituição do núcleo urbano: a produção e os serviços; a organização do poder político.

d) as causas da crise da cafeicultura, a crise do padrão agro-exportador e a produção das fibras naturais de algodão e seda; o re-fracionamento da propriedade; desenvolvimento urbano.

A segunda parte cobre o período iniciado em meados da década dos 40, quando começa a reconcentração da propriedade fundiária. Tem como ponto de partida a crise da cotonicultura e sua substituição por uma policultura em que sobressai crescentemente a cultura do amendoim.

Mas sobressaem as alterações na produção industrial - que deixam entrever o desenvolvimento de uma dinâmica capitalista no país.

CAPÍTULO II - AGRICULTURA EXPORTADORA E LIMITES DA INDUSTRIALIZAÇÃO.

a) Colonização do "Oeste Paulista".

O espaço que seria ocupado pelo Município de Marília, era uma parcela das "terras desconhecidas" designadas nos mapas do Estado de São Paulo durante o século passado (COBRA, 1926: 3) e que cobriam extensa faixa territorial delimitada pela região de Botucatu e pelos rios Paranapanema, Paraná e Tietê.

Os primeiros ocupantes "brancos" de parte daquelas terras chegaram à região logo após a "Lei de terras" de 1850 (1). Sua vanguarda era constituída por parentes e amigos de José Theodoro de Souza, o pioneiro. Tratava-se de mineiros, dos últimos a saírem das Minas Gerais em virtude da crise da mineração.

É preciso qualificar esses pioneiros. Não eram "bandeirantes modernos". Nem tampouco uma "raça forte". Eram sim criadores e aventureiros, gente que não tinha mais lugar em Minas, inicialmente em virtude do esvaimento dos processos rudimentares de mineração aplicados na época e depois fugitivos da convocação para a Guerra do Paraguai. Chegaram, fizeram suas enormes "posses", organizaram as "dadas", eliminaram

1- A chamada "Lei das Terras", que acabava com a figura das "terras devolutas", determinava que a única maneira de adquirir terras passava a ser a compra. Feita para impedir a "posse" e valorizar a propriedade, provocou uma corrida pela ocupação, acelerando o processo que visava evitar.

o índio. Mas pouco utilizaram as terras. Realizaram incursões armadas por terra para eliminar o índio e pelos rios para identificar as terras de que tomariam posse. A tarefa era urgente. A lei, longe de proteger as terras nacionais, provocou uma corrida pela sua privatização. Era preciso produzir algum documento com data anterior à da lei. As unidades se constituíam de bacias de rios ou córregos, incluindo portanto seus afluentes. Eram as "aguadas" de que fala Monbeig (MONBEIG, 1957: 112).

Segundo informa Cobra, os caboclos que se aventuravam a morar no sertão preferiam sempre utilizar terras não demarcadas. Faziam, todo ano, pequena roça de milho. A terra era ainda isenta de pragas e ervas daninhas. Colhida uma parte do milho, aparentemente cerca de 1/4, soltavam os porcos, que engordavam rapidamente. O milho colhido seria usado para alimentação e como semente da próxima safra, que seria feita em outro local.

Os primeiros ocupantes "brancos" da região eram portanto poucos. Fundaram pequenas vilas. Sabiam que a marcha do café era irreversível e se colocaram no seu caminho, aguardando a valorização das terras. "Esses caboclos das glebas são os últimos representantes da velha economia rural e do antigo povoamento do sertão, e não as sentinelas avançadas da marcha para o Oeste, como se poderia pensar" (MONBEIG, 1957: 111).

Entre 1890 e o começo do século XX surgem nos domínios dos mineiros as disputas de terras, que se instalaram graças à chegada dos futuros cafeicultores. Falsificavam-se documentos, papéis eram "envelhecidos" com fumaça, testemunhas comprovavam fatos jamais acontecidos. E não faltavam os demais ingredientes de toda "frente de expansão" (2): os advogados, figuras importantíssimas, os juizes; as tocaias,

brigas, assassinatos. A propriedade da terra disputada a ferro e fogo em lutas que fazem lembrar as disputas das terras do cacau narradas por Jorge Amado. Na verdade, fazem lembrar as convulsões ligadas à implantação da apropriação capitalista da terra, em qualquer lugar.

Aqui, podemos ainda adotar a noção de "frente de expansão", no sentido atribuído por Martins: uma economia produtora de excedente, aparentemente ocasional. Considere-se no entanto a ressalva de Sallum (SALLUM, 1982:19), segundo a qual não se podem definir as "frentes de expansão" por oposição às "frentes pioneiras", pois mesmo nas primeiras não se trata de economias naturais, mas se definem como produtoras de mercadorias. No entanto, estamos ainda falando de uma vasta faixa territorial em que está incluída a terra onde futuramente será o Município de Marília, mas que inclui toda a faixa dos "mineiros".

Está claro que os primeiros homens "brancos" a tentarem ocupar o oeste paulista não trouxeram a civilização, mas plantados em seu caminho, foram atropelados por ela: "... Sem dinheiro, sem apoio político, pouco numerosos, os mineiros foram incapazes de resistir aos fazendeiros do café, que seguiram suas pistas e começaram a derrubar a floresta." (MONBEIG, 1957: 109).

Mas a ocupação do "Oeste Paulista" pelos "brancos" e depois pela agricultura mercantil-exportadora não aconteceu

2- Acompanho, com reservas, a noção de "frente de expansão" de José de Souza Martins em Frente Pioneira: Contribuição para uma caracterização sociológica". Sobre o assunto, ver também Sallum, op. cit, cap. 1.

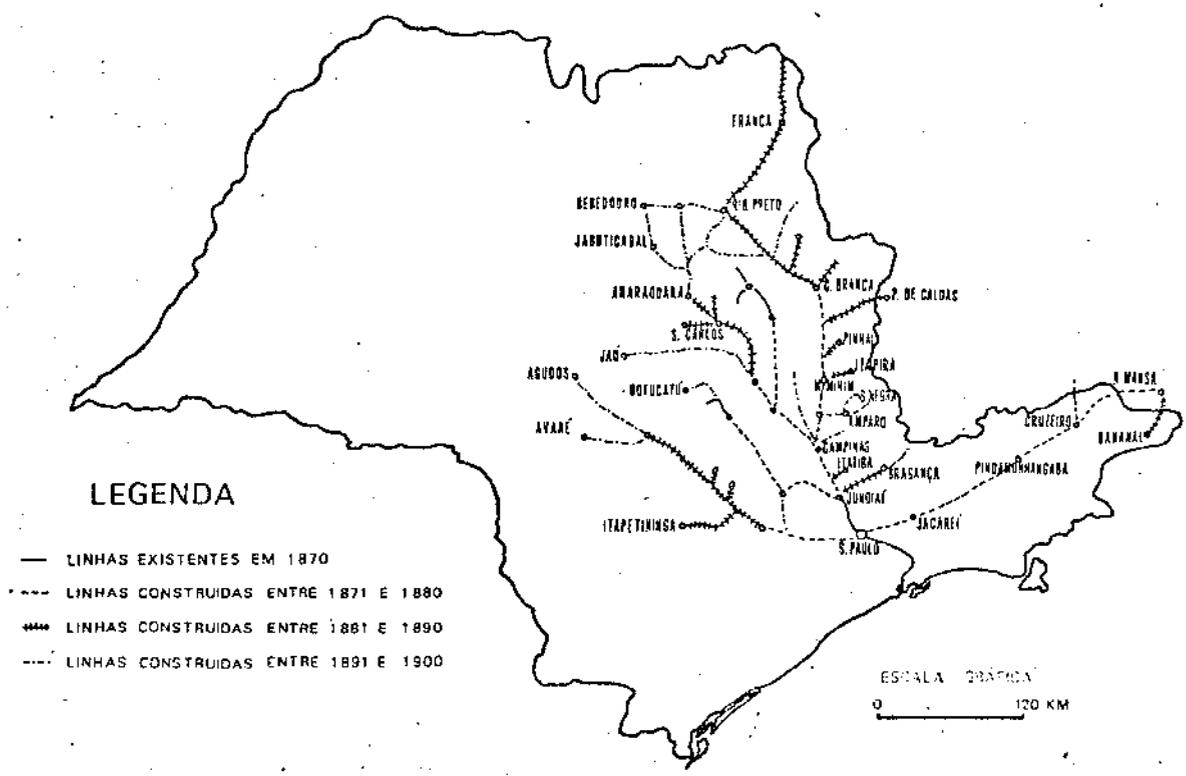
por vagas uniformes. Antes, foi estendendo tentáculos, que se aprofundavam no espaço, deixando nos interstícios vastas áreas virgens. Enquanto os pioneiros haviam se embrenhado pelos rios, que além de facilitar a locomoção lhes ofereciam segurança, as ferrovias se desenvolvem pelos espigões.

Ocorre que a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil já havia atingido Jupiá, na barranca do Rio Paraná, antes de 1910; a Sorocabana atingiu Presidente Prudente antes de 1920, enquanto a ponta dos trilhos da Paulista permanecia parada em Piratininga desde 1900. E a parte daquelas "terras desconhecidas" do século XIX em que se situaria Marília, continuava desconhecida e era habitada pelos índios Caigangues até 1915 aproximadamente: "Da região que ia ser a Alta Paulista ouvi falar antes, em 1916, quando um meu futuro cunhado andou numa turma de engenheiros medindo a Fazenda Chantebled, na Noroeste. Ela esteve no espigão sinalado pela Cia. Paulista para o prolongamento de sua linha, vendo diversos marcos. A região era inexplorada e habitada pelos selvagens, declaravam as cartas geográficas. Meu cunhado, o eng. Costa Sobrinho ainda os viu por ali, remanescentes das tribus, errando em grupos." (MOREIRA, 1978: 17).

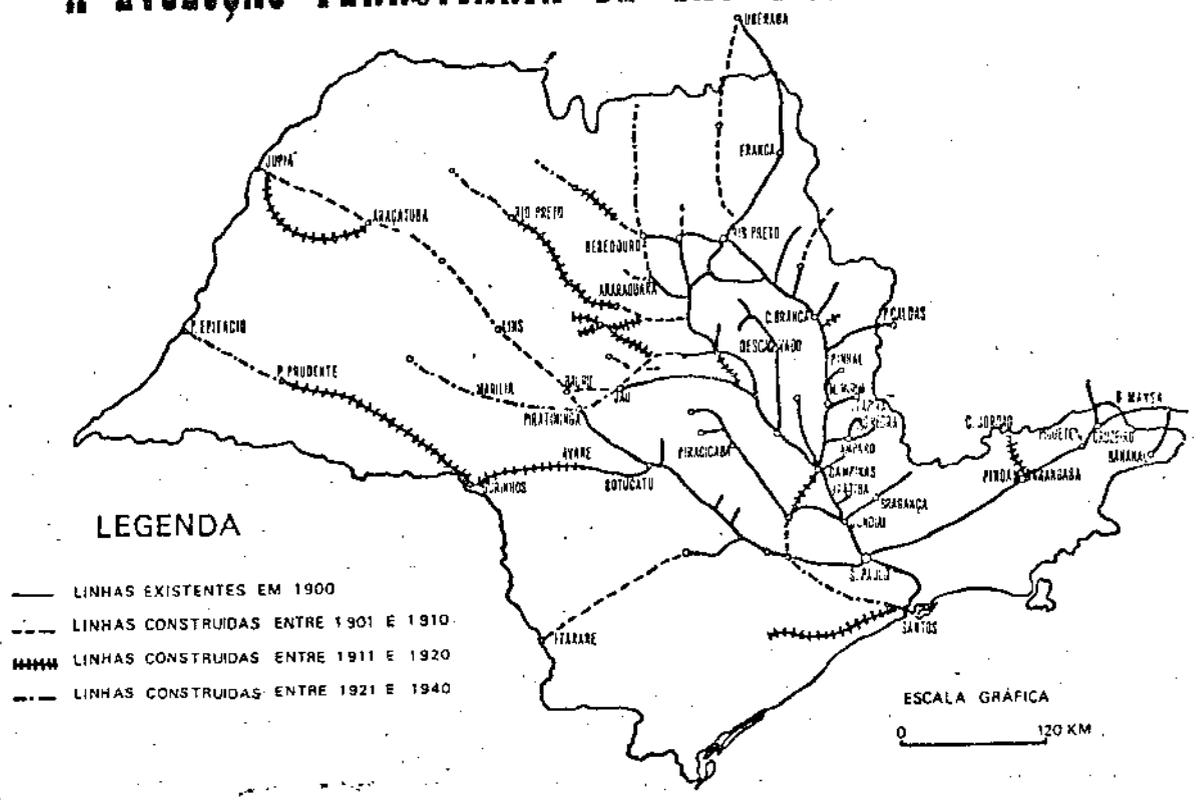
A Paulista teve toda a história de sua constituição em 1868 e construção, iniciada em 1870, ligada aos interesses dos cafeicultores (MATOS, 1974: 63/4). Ao contrário da Noroeste, chegou à Alta Paulista atrás dos fazendeiros, ainda a tempo de transportar o produto das primeiras grandes colheitas. Cresce com a cafeicultura, sendo ao mesmo tempo condição e consequência (3). Ver mapas p. 9.

3- Convém lembrar, no contexto: a) entre 1870 e 1920 se cons-

A EVOLUÇÃO FERROVIÁRIA DE SÃO PAULO [I]



A EVOLUÇÃO FERROVIÁRIA DE SÃO PAULO [II]



Como se explicaria, no contexto, a permanência de uma faixa territorial relativamente ampla totalmente inexplorada?

Em primeiro lugar pelo próprio desconhecimento de suas terras, de vez que todos os homens brancos que se haviam em brenhado pelo sertão o haviam feito pelos rios. Mas também por outros motivos: José Theodoro de Souza e os mineiros que o seguiram penetraram as "terras desconhecidas" diretamente de Botucatu para o local onde seria constituída São Pedro do Turvo, abrindo os "campos" localizados entre as cabeceiras do Rio do Peixe e as terras roxas da margem direita do Paranapanema; mas também deve ter influenciado a qualidade das terras, bastante arenosas. Somente depois de ocupadas e desgastadas as áreas de terras mais próximas ao litoral e mais férteis, algumas já com produtividade em franca decadência, (PRADO, 1969:225), tornar-se-ia viável a utilização de terras de qualidade inferior. E isto seria acelerado, em grande parte, em razão da política de valorização permanente adotada pelo Estado a partir de 1925.

O certo é que a partir de 1905 o Estado de São Paulo já havia determinado a realização de várias expedições para reconhecimento das terras. A expedição de 1905 apenas subiu

truiu praticamente toda a malha ferroviária do país ; b) a Noroeste, constituída em 1904, cresceu 450 Km. em seis anos e não tinha nada a ver com a cafeicultura, exceto o fato de que as divisas necessárias às importações resultavam da exportação do café; c) a região que ela cobre só apareceria nas estatísticas depois de 1920, com 3,27% da produção estadual. A paulista, ligada à cafeicultura, cresceu lentamente.

10 Km. a partir do Rio Paraná, no então denominado Rio Tigre, hoje Rio do Peixe, mas a de 1913 percorreu todo o rio (4). - Ainda em 1913 foi determinada a abertura de um "picadão" ligando a Noroeste, a partir de Cafelândia, a um ponto por onde deveria passar brevemente a Sorocabana. Esse picadão ficou em Platina, mas significou um forte estímulo à aquisição de glebas. Por exemplo, a do Sr. Cincinato Braga, que imediatamente mandou plantar 10.000 pés de café que acabariam por ser devorados pelo mato.

O marco da Cia. Paulista de Estradas de Ferro só foi colocado em 1916. No meio da floresta, havia 250 alqueires paulistas de pasto e 10.000 pés de café. As comunicações eram muito difíceis. A única ligação existente, com Cafelândia, só podia ser percorrida por carros de boi.

A vinda de migrantes foi estimulada pela chegada iminente da estrada de ferro, que permitiria o escoamento da produção local e a importação das mercadorias necessárias. Mas a própria chegada da ferrovia estará inextricavelmente ligada aos bons preços do café, conseguidos através da política oficial de valorização. Tanto assim que somente oito anos depois da instalação do marco inicial seria feita a doação do terreno para a construção da estrada. E apenas em dezembro de 1928 chegaria o primeiro trem.

Assim, mesmo considerando que o café se expande juntamente com o desenrolar dos trilhos da estrada de ferro, a expectativa da ferrovia acelera, com alguns anos de antecedência, a ocupação da região.

4- CF. "Relatório da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo".

Na verdade, não houve desenvolvimento da cafeicultura antes de 1920. Apresenta-se assim um fenômeno semelhante ao que Matos assinalou a respeito da Noroeste: a estrada de ferro exerce influência antes mesmo de chegar (5). Atraiu desbravadores, que ocupariam as terras, fomentando o processo inicial de subdivisão das propriedades e preparação de pastagens, iniciariam a pecuária e forneceria a madeira para o início das primeiras indústrias de alguma importância: as serrarias.

O período entre 1910 e 1912 fora promissor para a cafeicultura brasileira: balança comercial favorável, alta taxa de câmbio, aumento da produção e dos preços internacionais do café. Mas o otimismo não se confirmaria, sendo substituído pela crise que antecedeu e acompanhou a I Grande Guerra. Ficava adiado o boom do café. Mas quando a expansão cafeeira ressurgiu, ela o fez com muita força. Afinal, vinte anos de crise haviam servido ao menos para que as velhas terras, que haviam perdido fertilidade (AURELIANO, 1981: 15) fossem abandonadas.

Por volta de 1919-1920, inicia-se uma acelerada expansão dos cafezais paulistas. "Terras havia em abundância. Zonas abertas são aproveitadas em maior intensidade, surgem zonas novas, até mesmo em solos poucos favoráveis e revivem, como por encanto, algumas áreas decadentes. O plantio avança por toda parte..." (MATOS, 1974:16). Entre as tais zonas novas de "solos pouco favoráveis" está Marília. Arenitos cretáceos de origem lacustre, assentados sobre um lençol de lavas, apresentavam razoável fertilidade nos espigões, sendo mais fracos nos vales. As melhores entre essas terras ruins chegaram a produzir 100 arrobas por mil pés. Assim, inverte-se a situação da entrada dos mineiros: antes os tentáculos nos vales; agora, as "pontas de lança" nos espigões, como diz França (FRANÇA, 1970: 186).

Várias circunstâncias provocaram a expansão da cafeicultura.

Em 1918 os estoques praticamente não existiam. Em decorrência da "segunda valorização" de 1917, que retirara do mercado 3.100.000 sacas; da forte geada ocorrida em 1918, com prometendo fortemente as colheitas de 1918 e 1919; da recuperação dos mercados consumidores no imediato pós-guerra; e da recuperação dos estoques, as receitas oriundas da exportação cresceram bastante, saltando de 25 milhões de libras entre 1914 e 1918 para 66 milhões em 1919 (AURELIANO, 1981:22). Cresceram tanto que acabaram por promover uma valorização capaz de impedir que os preços internos subissem tanto quanto os externos.

b) Formação da agricultura.

Sob os efeitos da superprodução de 1921 desenvolveu-se a ocupação de terras, para a cafeicultura no futuro município de Marília. Exatamente quando uma grande safra nacional coincidia com a retração da demanda norte-americana, forçando o Estado a operar uma "terceira valorização", eclodia o patrimônio do Alto Cafezal, localizado nas terras loteadas pela Cia. Pecuária e Agrícola de Campos Novos, fundada em 1914, que se tornaria Distrito em 1922.

Os efeitos da "valorização" de 1921 aliados às fracas colheitas de 1922 e 1923 foram preços ascendentes até 1925. Mas os preços internos subiram mais que proporcionalmente aos preços internacionais, em razão da depreciação cambial da moeda brasileira. Mantidos, entre 1925 e 1929, os preços altos em razão da nova política de valorização que deixava de socorrer a cafeicultura apenas nos momentos de crise para praticar uma defesa permanente, estimulam um forte arranque na implantação de novos cafezais.

Foi portanto dentro de um clima de grande euforia que se consolidou a "frente pioneira do café". O lugarejo fervilhava, tomado de assalto por uma onda de ocupação e urbanização avassaladora. Para se ter uma idéia do ritmo de desenvolvimento, basta dizer que num local que em 1916 era habitado pelos índios caigangues, em 1934 havia um município formado por 56.705 habitantes, dos quais 43.260 na zona rural e nada menos que 13.445 na zona urbana.

O ritmo de crescimento da população foi, no início, muito intenso. A terra se fracionava, constituindo-se algumas grandes propriedades, várias das quais se fragmentariam gradativamente. "A primeira gleba adquirida no município correspondia a uma área de 3.600 alqueires, ou seja, 8712 ha." (MOTTA, 1972:27).

As plantações de café, exceção feita àquela original do Sr. Cincinato Braga, começaram em 1923, espalhando-se rapidamente (MOREIRA e MAGALHÃES, 1936:177). "As grandes glebas, com milhares de alqueires, foram divididas, estimuladas pelos fazendeiros interessados nos lucros, com a demanda progressiva de terras." (MOTTA, 1972:27). Antes da crise de 1929 já havia, portanto, fracionamento de fazendas, com o aparecimento de pequenas propriedades (5), circunstância certamente favorecida pela chegada de egressos da "zona velha", bem como de imigrantes. Basta dizer-se que entre 1926 e 1930 o

5- "A coexistência do sítio, a novidade, com a tradicional - fazenda é o traço mais original do mundo pioneiro às vésperas da crise de 1929. Em grupos, os dois tipos de propriedade se encontram lado a lado". (MONBEIG, 1977; 182/3).

Estado de São Paulo recebeu, entre imigrantes estrangeiros e migrantes internos, mais de 400 mil pessoas (NOGUEIRA, Oracy cit. AURELIANO. 1981:18/19).

Apesar de constituir "traço...original", a convivência da pequena com a grande propriedade no processo de ocupação, devemos lembrar que em Araraquara, cidade relativamente "velha" em comparação com Marília, em 1915 já havia mais de 200 cafeicultores que possuíam menos de 20.000 pés de café (FRANÇA, 1915:112/117).

A novidade está portanto na ocupação territorial com pequena e grande propriedade, pois nas "zonas velhas" a alteração do perfil da concentração da propriedade já se fazia sentir de maneira importante, pelas razões apresentadas por Ohtake: "Os fazendeiros das zonas decadentes, face ao alto custo de produção eram levados a vender suas terras, o que se casava ao fato de que mais de vinte anos de café haviam produzido tanto uma camada potencialmente compradora de pequenas propriedades (ex-colonos) como um mercado urbano crescente para produtos de outras culturas que não o café, o que vinha viabilizar a existência de pequenos proprietários. Desse modo, na esteira do café transformava-se a estrutura agrária: aumentava o número de pequenas propriedades, diversificava-se a pauta da produção agrícola e aumentava a pecuária de leite." (OHTAKE, 1982:52).

É certo que a implantação da cafeicultura implicava o fracionamento da imensa massa de terra que ia sendo ocupada. Lembremos que o município de Marília, por ocasião de sua fundação, percorria a faixa entre a margem direita do Rio do Peixe e o espigão Peixe-Tibiricá numa extensão de mais ou menos 200 quilômetros. Os compradores de terras, lado a lado com os "grileiros", iam adentrando gradativamente, dividindo

as glebas, tentando fundar núcleos populacionais. Mas não é possível, com os dados disponíveis hoje, determinar o grau de concentração da propriedade nos primórdios do município (6). A primeira tabela existente na Prefeitura Municipal, agrupando as propriedades por área, é de 1934, como veremos posteriormente. Mas não serve para a questão em foco, porque exatamente entre a criação do município em 1928 e a data da estatística ocorreram nada menos que a grande crise de super produção da cafeicultura, precipitada pela crise internacional eclodida em 1929 e a entronização do algodão, cultura tradicionalmente fragmentadora da propriedade. Ficamos portanto com indicações mais ou menos claras, impossíveis de serem quantificadas.

O fracionamento da propriedade intensificou-se gradativamente, impulsionado pela demanda exercida por migrantes e empreiteiros que muitas vezes tocavam lavoura em suas próprias terras e em terras das fazendas. Obedecia a dois critérios que se sobrepunham, impulsionando a organização espacial dos empreendimentos de maneira coerente entre si: a busca das terras mais férteis, localizadas nos espigões, e a fuga às geadas, que atingem mais frequentemente as baixadas. Todas

6- Há um lamentável descuido com a documentação. A Prefeitura Municipal acumulou toneladas de documentos amontoados, sob o cuidado das traças, ratos e baratas. Lá estavam desde cópias de recibos até documentos da maior importância. A Faculdade pertencente à UNESP conseguiu retirar os documentos, que a Prefeitura pretendia incinerar. Mas até hoje não conseguiu classificar e tornar compulsáveis os documentos importantes que certamente estavam sendo destruídos pela ação do tempo e de outros agentes mais eficazes no chamado "lixão".

as fazendas, pelos motivos expostos, tinham asseguradas terras altas, nunca faltando o acesso à água. Os cafezais ficavam no alto. Nas baixadas, muitas vezes permanecia a vegetação natural. Por ocasião do parcelamento das propriedades, garantia-se aos pequenos compradores o acesso à água, o que levou a uma organização espacial também coerente: todas as pequenas propriedades eram faixas de terras compridas e estreitas, descendo as encostas, do espigão onde costumava passar a estrada, para o vale, onde os eventuais animais tinham acesso à água.

As causas principais da "novidade" constituída pela pequena propriedade são:

a) A nova organização social da produção, caracterizada pelo trabalho assalariado em oposição ao trabalho escravo das épocas anteriores. Aqui, a força de trabalho é constituída por trabalhadores que poderão vir a ser proprietários, sendo que tanto entre os antigos colonos como entre os imigrantes, muitos já chegam à região trazendo dinheiro suficiente para o início.

b) O próprio tipo de terra. Enquanto em outras regiões anteriormente ocupadas, as "manchas de terra roxa", resultantes da decomposição do basalto, propiciavam os extensos "mares" de café, os arenitos característicos das terras novas da década de 20 só apresentavam fertilidade adequada e condições para a retenção de nutrientes nos "espigões", e mesmo lá tais condições eram variáveis. Eram estreitas faixas de boas terras dos espigões, cercadas por solos medíocres somente aptos a outras atividades que não a cafeicultura (MONBEIG, 1977:165).

Após a crise, a cafeicultura parou de crescer até 1947. "Dos 14.487.905 cafeeiros do município, quase todos foram plantados no período de 1925 a 1931, data em que foi proi

bido o plantio no Estado de São Paulo (POVOAS, 1947:141). Contentamo-nos com a informação acima, de vez que a comparação de dados é muito difícil e pouco reveladora no caso. Sabemos que em 1934 havia no município 25 milhões de cafeeiros (MOREIRA, MAGALHÃES, 1936:54) que produziam 28.020 toneladas. Mas a área do município era o triplo da atual.

Se houve alguma recuperação da cafeicultura no município, terá sido muito lenta, e apenas após a II Grande Guerra as exportações brasileiras cresceriam significativamente.

Considerando que os 14 milhões de cafeeiros existentes em 1947 tinham sido plantados até 1931; que portanto a grande maioria, se não a totalidade estava produzindo em 1934; que sua produção raramente terá ultrapassado as 10.000 toneladas, temos que talvez a cafeicultura seja realmente "... o maior e mais sólido pedestal em que repousa a prosperidade econômica de Marília (POVOAS, 1947:141). Mas certamente não terá sido, nos vários momentos, a principal fonte de riquezas.

c) Relações de produção no campo.

São quatro as principais categorias de trabalhadores em contradas:

a) assalariado : é "colono " ou "camarada ". O colono, raro nas pequenas propriedades, é empregado nas fazendas - de café. Percebe uma remuneração em dinheiro e tem autorização para plantar nos intervalos dos cafeeiros, principalmente durante os primeiros quatro anos, ou manter uma pequena roça em outro local. Também pode utilizar o pasto para um eventual animal e criar pequenos animais. Era comum que as roças cor respondessem a 1 alqueire por mil pés tocados. O "camarada, dia rista ou mensalista, tinha direito a pouso, comida e roupa la vada e recebia em dinheiro.

b) parceiro: às vezes inadequadamente chamado de arrendatário(7). Produz em terra alheia, pagando em espécie, por ocasião da colheita, uma porcentagem pré-combinada do produto. Há nessa relação um certo tipo de associação. Não é isento dos riscos da produção, como o assalariado, nem os assume sozinho, como seria o caso do arrendatário.

c) pequeno proprietário: via de regra, um ex-colono da "zona velha", portador de algum dinheiro. Na primeira fase a maioria era constituída por brasileiros, espanhóis e italianos. Comprava a terra, muitas vezes em 4 ou 5 prestações anuais. Durante a época de amortização das prestações, pagava a dívida através da venda do produto de culturas anuais, enquanto formava um cafezal. Note-se que mesmo nos casos em que trazia dinheiro suficiente para comprar sua terra, não podia arcar com os custos da construção de benfeitorias, formação de cafezal e ainda esperar cinco anos pelo produto. Era portanto necessariamente um produtor de mercadorias. Enquanto formava a cultura permanente de exportação (café), sobrevivia e pagava sua terra através das culturas anuais para o mercado interno (arroz, feijão e milho principalmente). Explorava a força de trabalho familiar. Assim, pouco ou quase nada tem de "autárquico"; não participa do mercado apenas como vendedor de um excedente "ocasional", mas tem na produção de -

7- Acompanho as definições de Ana Elisa Brito Garcia, em "Contribuição para o Estado do Arrendamento e Parceria Agrícola no Estado de São Paulo": no arrendamento há pagamento de aluguel da terra em quantia fixa em dinheiro, ou em quantidade fixa de produto; na parceria, há pagamento pelo uso da terra em quantidade de produto - proporcional à colheita. (GARCIA, 1972:8).

mercadorias a origem de sua relação com a terra; a propriedade, portanto, nada tem de "natural"; a terra, meio de produção mais importante, é claramente uma mercadoria, constituindo propriedade privada. Tem no entanto algumas características comumente aceitas nas definições do camponês: explora - principalmente trabalho familiar, detém os meios de produção e se relaciona com a terra como proprietário. Por outro lado, não é sobrevivência de modo de produção anterior. Ou se tornou proprietário recentemente, ou veio nessa condição da - "zona velha". Do ponto de vista da produção imediata, utiliza ferramentas e técnicas que não são sobrevivências de uma ocupação pré-existente, de vez que os índios foram mortos ou expulsos; também não correspondem à maneira especificamente capitalista de produzir. Do ponto de vista formal, não são subordinados ao capital. No entanto a constituição de pequenos sítios tem, muitas vezes, o mesmo objetivo que a constituição dos "patrimônios": a valorização das terras e a formação de uma "reserva" de força de trabalho. Por isso, por adquirirem suas terras através de empresas capitalistas, pela condição de produtores compulsórios de alimentos, são, apesar de donos dos meios de produção, trabalhadores explorados pelo capital.

d) abridor de fazendas, ou formador de cafezal, ou - contratista: era contratado para formar o cafezal. Chegava na fazenda ("mata em pé e água no corgo"), abria uma picada, - uma clareira, construía casa de pau-a-pique coberta de ta - buinhas, fazia a derrubada. Abria as covas a enxadão, plantava o café, geralmente a partir de sementes. Utilizava as "ruas" do cafezal para plantar arroz, milho, feijão. Ao fim de um certo período (8) recebia uma remuneração em dinheiro.

8- Nas referências bibliográficas, encontrei sempre dois ti

A utilização do meio-fio para realizar uma cultura mercantil era também uma forma de remuneração pela "empreita" de formar o cafezal: "O cafezal era formado por empreiteiros, à razão se bem me recordo, de um conto de réis por mil pés. Um empreiteiro formava 5 mil pés em 4 ou 5 anos, conforme o acordo. Durante esse período podia plantar cereais, milho, arroz, e feijão no meio-fio, nas ruas do cafezal. Sua vantagem decorria daí, pois em cinco anos, obtinha capital que lhe permitia estabelecer-se por conta própria, na cidade, ou na roça". (MOREIRA. 1978:26)

Confrontando-se as informações de Moreira, de que um empreiteiro preparava de 4 a 5 mil pés de café recebendo um conto de réis por mil pés, com os preços da terra (de um a quatro contos por alqueire), e com lotes urbanos cotados a cem mil réis, verifica-se que realmente não era difícil que alguns dos empreiteiros se tornassem pequenos proprietários. Principalmente tendo em vista que as terras eram constantemente, ou quase sempre, vendidas a prazo. Terminada a formação do cafezal, o empreiteiro poderá, conforme sua situação econômica, transformar-se em colono, pequeno proprietário, se puder, ou seguir adiante para abrir outra fazenda.

Com exceção dos grandes fazendeiros, capazes de manter suas próprias "máquinas", bem como seus contatos com as

pos de contratos: 4 anos com remuneração monetária no final ou 6 anos sem remuneração monetária. Mas os levantamentos citados se referem sempre à "zona velha". Todos os testemunhos locais falam em contratos de cinco anos, com remuneração em moeda. Quando insistia, reconheciam que também havia alguns contratos de 4 e 6 anos.

fontes financeiras, todos os demais produtores estavam ligados a uma "máquina" (beneficiadora) com seu respectivo "maquinista". A "máquina" funcionava como fornecedora dos recursos para a produção e subsistência da família (9). É claro que era ao maquinista a que estivesse amarrado que o agricultor devia entregar a produção. O poder do maquinista era bastante considerável, pois o agricultor não tinha acesso aos bancos, como fonte de recursos, como também não sabia aplicar suas reservas em instituições financeiras, funcionando o "maquinista" como depositário. Tal relação paternalista continua até hoje em certos casos, sendo comum que filhos de antigos cafeicultores procurem orientações dos filhos dos antigos comerciantes. Aqui, portanto, um dos mecanismos que definem o caráter capitalista da produção, pela expropriação do excedente, numa primeira etapa, pelo capitalista da cidade. O pequeno produtor é explorado na compra, na venda, no financiamento e na aplicação dos recursos. Na verdade os "maquinistas" são uma espécie de "agentes" dos "corretores". Quando perdem dinheiro em razão de quedas de preços deixam de pagar aos credores, transferindo os prejuízos para os produtores.

(10)

-
- 9- "O Ihtarazzo vendia pra nós em conta corrente e nós vendíamos para eles para receber na colheita" (antigo comerciante em entrevista)
- 10- É voz corrente que alguns costumavam trabalhar com balanças viciadas.

Não se exclua a possibilidade de que o fazendeiro seja, ele mesmo, um capitalista ou velho proprietário em outra região. Mas na formação da fazenda ele se comporta apenas como monopolista da terra. Nesta condição, "... o futuro fazendeiro agia de forma que sua condição de proprietário territorial reduzisse a um mínimo os investimentos que tinha que fazer enquanto capitalista." (SALLUM, 1982:) O penetrante trabalho de Basílio Sallum mostra que os formadores de café eram ao mesmo tempo empreiteiros e arrendatários. Empreiteiros na medida em que recebiam um quantum monetário ao final da formação do cafezal. Produziam, por encomenda, uma mercadoria (o cafezal) que se transformaria no capital do fazendeiro. Arrendatários porque pagavam, sob a forma de dedução dos gastos de formação do cafezal, uma renda correspondente ao pagamento pelo usufruto do cafezal, uma renda correspondente ao pagamento pelo usufruto da terra.

d) Pequena propriedade.

Cabe aqui discutir o significado da pequena propriedade, problema atual que tem preocupado os estudiosos das relações de produção na agricultura brasileira. No início deste trabalho procuramos descrever a ocupação da faixa de terras localizadas "a Oeste de Botucatu", designadas até o fim do século passado como "terras desconhecidas". Tinha como característica exatamente o ser desconhecida... pelo homem "branco". A chegada dos "brancos" foi revelando especificidades internas que condicionariam formas e ritmos diferentes de ocupação. Assim, um sub-setor foi apressadamente "ocupado" através das posses feitas de maneira mais ou menos atabalhoada em virtude da "lei de terras" de 1850. Mas o município de Marília está mais ou menos à margem dessa primeira ocupação. Suas terras permanecem "desconhecidas" mais ou menos até 1915. Lembremos que somente em 1913 a Comissão Geográfica e Geológica conseguiu percorrer o Rio do Peixe. O Oeste também são muitos...

Na faixa ocupada pelos posseiros, institui-se uma economia de subsistência, relativamente independente, baseada na propriedade dos meios de produção e no trabalho familiar, enfim camponesa.

Mas na faixa onde se localizaria o município de Marília, objeto deste trabalho, a ocupação se deu através da expansão do complexo cafeeiro paulista (CANO, 1977:Cap. I.) em sua fase capitalista. Aqui o pequeno produtor é resultado de um processo econômico mais próximo daquilo que Martins chama de "frente pioneira", a produção de mercadorias. Dado o grau de desenvolvimento da divisão do trabalho inerente ao complexo cafeeiro capitalista, o pequeno produtor é essencialmente um produtor de mercadorias, explorado, direta ou indiretamente pelo capital. Ressalte-se que no contexto o pequeno proprietário só sobrevive como tal sob a condição de produzir para o mercado.

Não é este o local indicado para uma discussão, certamente complexa e ampla demais para este trabalho, do conceito de camponês. Embora considere que o camponês, onde e quando existe no Brasil é "trabalhador para o capital" (WANDERLEY, 1979:33) penso que o conceito de camponês não se aplica a uma economia tão complexa como aquela em que está inserida a pequena produção no Município de Marília. No contexto, aliás, qualquer que fosse a concepção adotada, desde a sobrevivência de relações de produção pré-capitalistas, até o privilegiamento da unidade familiar de produção, dualidade tradicional-moderno ou a noção de insuficiência econômico-social implicaria em concessões teóricas capazes de desfigurar o conceito. De resto, não parece lícito discutir se o pequeno produtor ou pequeno proprietário no Brasil, como um todo, é camponês. A generalização implicaria na inclusão de realidades muito distintas, resultando na identificação pequena produção-camponês.

Há que se verificar, na história de cada região, como se dá seu vínculo com a economia.

Aqui, no entanto, a noção de camponês entra como aquilo que o pequeno produtor do município não é. Como o seu negativo. O abridor de fazenda, o parceiro, o pequeno proprietário são pequenos produtores, trabalhadores agrícolas explorados pelo capital. (11) Sua presença poderá crescer, como aconteceu no caso da cotonicultura, mas a tendência geral será para a transformação dos trabalhadores em geral em proletários rurais; vale dizer, para a separação do trabalhador dos meios de produção, terra inclusive, e do produto do trabalho.

Durante o período de sua rápida constituição, tudo no município girava em torno da cafeicultura. No entanto, consultando os primeiros jornais, não se encontram referências ou propagandas de compradores de café. A situação aparentemente paradoxal de uma cafeicultura sem café na verdade não é mais que a manifestação da rapidez estonteante com que os núcleos populacionais se constituem, não havendo tempo para que as primeiras lavouras comecem a produzir. Quando isso ocorrer, será crise.

11- "O pequeno produtor vê-se duplamente expoliado - como produtor e como consumidor - pelos comerciantes e donos de máquinas, que são as únicas agências de crédito e financiamento. Este aspecto, diga-se, não atingiu os japoneses, dadas as características específicas da imigração nipônica." (VIEIRA, Francisca Isabel Schurig, O japonês na frente de expansão paulista, São Paulo, Pioneira, 1973, p. 14.

e) Coronelismo .

Mas é no espaço que cerca a prestação de serviços religiosos, da justiça e da administração pública que voltamos a nos encontrar com as figuras mais destacadas do ponto de vista econômico: os coronéis. Importantes desde o início do núcleo populacional, exercerão sempre uma enorme influência sobre toda a vida urbana e rural. Tudo controlam. Figuras exponenciais pela quantidade de votos que controlam, pelas posses que detêm e que são fundamentais para que atinjam o coronelato pelo prestígio resultante principalmente de certa postura paternalista e da contribuição para que a cidade tenha acesso aos serviços urbanos principais, seja pelo uso da influência política, seja pela doação de terrenos ou dinheiro, fazem das doações meios de aumentar a própria riqueza e poder; basta lembrar que apesar de o patrimônio do Alto Cafezal ter sido criado 5 anos antes que Marília, foi neste, fundado pelo cel. Bento Abreu Sampaio Vidal (12), que se instalou a Cia Paulista de Estradas de Ferro. E até o nome da cidade foi escolhido por ele, dentro do critério de ordem alfabética criado pela Cia. Paulista.

Evidentemente, era o coronel quem fazia o prefeito (13),

12- Nascido em Campinas, era grande cafeicultor em Araraquara. Pessoa influente, foi eleito deputado em 1924 e 1925.

13- "A eleição não tinha importância pois confirmava, por bem ou por mal, a indicação...Um coronel só, escolhia melhor, com mais tino e sabedoria que a massa de milhares de eleitores poucos esclarecimentos...Se a questão era colocar as pessoas certas nos lugares certos, pessoas certas deviam fazer a escolha. Mas isso era roubar às massas o direito de fazer asneiras." MOACYRA, 1978.

que passava a responder pelo crescimento ordenado do município. Mas até a criação do município, aos próprios fundadores competia cuidar das condições de urbanização, o que eles certamente faziam em benefício do "seu" patrimônio.

A estrada de ferro, por exemplo, chegou atraída pelo cafezal que resultara em grande parte da sua aproximação. Seria benéfica para toda a comunidade, mas era sempre disputada, quando o poder local era exercido por vários coronéis concorrentes. Beneficiava enormemente o núcleo urbano, principalmente enquanto a cidade permanecia na situação de "ponta de trilhos".

Sua localização era fundamental para a afirmação do poder daquele que saísse vitorioso. Mas a própria conquista resultava de seus contatos e influências nas altas esferas administrativas e econômicas da capital. Valorizava incrimavelmente as terras; aliás, na frente pioneira um dos melhores negócios é a doação de terrenos: é a estrada de ferro, a igreja, a Santa Casa, a escola, a praça pública, etc.

O coronel "organizava as eleições, tratava com as autoridades da capital, e, se preciso, liquidava seus adversários com absoluta facilidade". Não poucos proprietários desapareceram em meio às disputas de terras. "Para assegurar seu prestígio o coronel se empenhava em embelezar sua cidade: - trabalhos de adução de água, construção de escolas, fundação de hospitais eram sua preocupação. Sua ação era mais eficaz quando intervinha na realização dos projetos de construção de uma ferrovia e na modificação de seu traçado. Pequeno tirano local, viciando todo sistema político democrático, esse coronel era, no entanto, capaz de realizar grandes obras. Sua atividade tinha ainda maiores conseqüências quando ele intervinha nos negócios de vendas de terras" (MONBEIG, 1977:126). Tais são os traços comuns aos coronéis: "É sempre por seu in

termédio que a cidade consegue um serviço mais moderno de abastecimento de água, a construção de um hospital ou de uma escola, enfim, um melhoramento público de qualquer natureza... Se para ele são todos os privilégios da cidade, é porque atrás disso podem vir numerosas compensações." (MATOS, 1974:116)

Uma vez dito que os coronéis tinham poder suficiente para viciar todo o sistema político, alterar, dentro de certos limites, as leis do mercado, comandando a vida social, convém ponderar tais afirmações. São pequenos coronéis, muito mais frágeis que os Prado ou Toledo Piza. Em primeiro lugar, quem mais possuía nunca chegou a ter¹ milhão de cafeeiros em Marília. Se lembrarmos que em 1915 Araraquara tinha 25 fazendeiros com mais de 3 milhões de cafeeiros e pelo menos 5 com mais de 13 milhões, veremos que os "nossos" não passam de "pequenos coronéis". (FRANÇA, 1915:112/7)

Mas também sua atitude com relação à propriedade é bastante diferente. Começa que vários deles nunca moraram na fazenda, e às vezes nem mesmo na cidade. Eram pessoas residentes na capital, em vários casos influentes na vida do Estado.

A simples comparação dos "álbuns" ou livros da história das cidades ilustra bem a mudança de atitude: enquanto os maiores fazendeiros da Araraquara, por exemplo abriam páginas reservadas para suas fazendas com grandes fotos dos colonos reunidos em frente à sede da fazenda, constituindo uma imagem de feudalidade um tanto extemporânea (fulano tem tantas almas), nossos pequenos coronéis preferem aparecer fotografados ao lado de um bonito cafeeiro ou de um boi.

Na medida em que o complexo cafeeiro capitalista avança; em que outras culturas vão se tornando importantes; em que os meios de transporte vão produzindo a proximidade relativa de terras distantes, o encarecimento da propriedade desloca o centro das atenções. Gradativamente sobem para o pri-

meiro plano os aspectos especificamente econômicos, exatamente ao mesmo tempo em que, em consequência daquelas mudanças, as relações pessoais entre "colono" e "coronel" perdem importância lentamente. E tais alterações, se tem um sentido cronológico, num processo de expansão acaba por apresentar também um movimento geográfico que até hoje distingue as cidades - mais "tradicionais" daquelas cuja economia foi construída sobre relações sociais especificamente capitalistas.

f) Crise do padrão agroexportador

Como vimos anteriormente, Marília nasceu e se desenvolveu sob o signo do grande avanço da frente pioneira do café, que impulsionava inexoravelmente a cafeicultura no ^{CUMP} da super-produção.

É verdade, como diz Ilse Motta, que "no exato momento em que os cafezais iam entrar em produção, baixa vertiginosamente o preço do café, as plantações diminuem, para serem logo proibidas." (MOTTA, 1972:25/26)

Também tem razão Ary França: a cafeicultura foi atingida pela crise de 1.929-1.930 (FRANÇA, 1960:186). Da mesma maneira não há como discordar de Furtado: "Manter elevado o preço do café de forma persistente era criar condições para que o desequilíbrio entre oferta e procura se aprofundasse cada vez mais." Da mesma maneira que "A manutenção dos preços baixos níveis era condição indispensável para que os produtores brasileiros retivessem sua situação de semimonopólio. Ao se prevalecerem dessa situação semimonopolista para defenderem os preços, estavam eles destruindo as bases em que se assentara o seu privilégio." (FURTADO, 1980:182/3) Ou como constata Delfim Neto, a manutenção de altos preços através da ocupação de um mercado "residual", depois de preservados as "cotas" dos concorrentes, estimula a produção externa. Mais do que isso: "... as vicissitudes do complexo cafeeiro explicam-se, antes

de mais nada, pelas contradições do processo de acumulação do capital cafeeiro, suavizadas e, simultaneamente, aprofundadas pela Política Econômica do Estado" (CARDOSO DE MELLO, 1975: 184). Mas acima e além do que está apontado, a crise não é a penas da cafeicultura: "... mais do que crise do complexo exportador cafeeiro representa precipitação da crise da econo-mia exportadora capitalista, na medida em que nesse momento já estão criadas pelo próprio desenvolvimento do capital mercantil as condições fundamentais para a negação de seu predomí - nio". (AURELIANO, 1981:13/14) Ou seja: esgotadas as possibili dades do padrão primário exportador de acumulação estão assen tadas as bases da acumulação industrial subsequente. A compre ensão desse passo é fundamental para a discussão da diversificação agrícola que começaria com a cotonicultura.

No município de Marília, o que se seguiu à crise ^{na} foi um colapso da cafeicultura. (MOREIRA, 1978:24). Nem mesmo a erradicação de cafezais. Tratando-se, como está claro, de agri cultura praticada em terras novas, o café apresentava produ ti vidade bastante superior à de outras regiões. Em Oriente, por exemplo, cafezais de 4 anos chegavam a produzir "cerca de 300 arrobas por mil pés" (MOREIRA E MAGALHÃES, 1936:53/4). A mé dia estimada para o município era, segundo MOREIRA, de 80 arrobas por mil pés, numa época em que os cafezais da Mogiana estariam produzindo apenas 45 a 50 arrobas (Idem e Ibidem).

Eram cafezais que apenas começavam a produzir em 1929, sendo que os primeiros cafezais só iriam atingir sua produtivi dade máxima em torno de 1932/33.

A violenta queda dos preços, que chegaram a descer abai xo de 1/3 dos anos anteriores, teve diretamente sobre a cafeei cultura no município as seguintes conseqüências principais: 1) ingressos inferiores à expectativa; 2) deterioração da si tuação financeira dos cafeicultores, já endividados; 3) parce lamento de diversas fazendas; 4) substituição do café por ou

tras culturas principalmente o algodão ou as pastagens nas fazendas (14)

Mas como a crise da cafeicultura, precipitada e aprofundada pela crise internacional de 1929/30, era na verdade a face mais evidente da crise do padrão agro-exportador de acumulação capitalista, o reordenamento das atividades econômicas do município sofreria as influências e evidentemente em muito menor escala influenciaria a nova ordenação econômica nacional. Mais precisamente, não passaria imune.

Ora, só o parcelamento da propriedade, aliado à penetração da cotonicultura, seria suficiente para incrementar o crescimento urbano. Mas na verdade a urbanização foi muito mais influenciada pelo movimento de acumulação de capital no sentido de uma certa industrialização (CARDOSO DE MELLO, 1975: 116). Note-se portanto: não se trata de verificar como se dá no município a "acumulação restringida" de que falam Cardoso de Mello e Tavares, porque cada município ou região - ou mesmo estado - não conterà todas as características da economia nacional. Mas participa do movimento geral com as suas especificidades. Trata-se sim de tentar reconstruir a história do município dentro do movimento da acumulação "restringida" capitalista.

A cafeicultura estava acostumada a crises passageiras

14- "Estes fatos coincidem com a crise de 1929, quando muitos cafeicultores no município se decidiram a vender parte de sua propriedade, para compensação das perdas ocorridas com a superprodução do café. A forma retangular das fazendas, descendo do espigão, facilitou ao fazendeiro a conservação das terras altas apropriadas ao café, dispondo das partes baixas, para outras atividades". (MOTTA, 1972:30).

que se revezavam com períodos de "vacas gordas". Assim, a expectativa era de que a crise, que era vista como apenas um reflexo da depressão mundial, passaria logo. Talvez esse raciocínio tenha contribuído para que o plantio não cessasse. Mas também havia os que consideravam que "a dez mil réis a arroba ... café era negócio em Marília" (MOREIRA, 1978: 24). Moreira conta que entre 1929 e 1930 foram derrubados cerca de 30 mil alqueires de matas. Encontramos em vários números do jornal *Alto Cafesal* a informação repetida por Moreira de que ainda na época raramente se via o azul do céu, quase sempre coberto pela fumaça das queimadas. Apesar de alguns testemunhos no sentido de que houve uma queda de ritmo, em nenhum momento do período imediatamente posterior à eclosão da crise, a formação de novas culturas se estancou totalmente, apesar da proibição dos plantios: "Houve a grande crise de 1929, foi proibido o plantio, pois o país estava abarrotado de café, dia e noite as fogueiras acesas pelo DNC o consumiam e ainda assim, o café fascinava, e como jardins bem cuidados, os cafezais se estendiam" (MOREIRA, *Idem*:27/8) O jornal *Alto Cafesal* registrava várias denúncias de novos cafezais até 1937. Geralmente as denúncias eram contra japoneses...

Está claro: os cafezais marilienses apenas começavam a produzir quando os preços tiveram forte queda, a continuaram a cair. Vejamos as conseqüências, em primeiro lugar do ponto de vista da propriedade das terras e das relações de produção e em seguida com relação à diversificação agrícola.

É claro que a queda abrupta dos preços deixou muitos proprietários rurais em sérios apuros financeiros. Muitos deles, endividados, recorriam ao arrendamento de partes de suas terras ou ao seu fracionamento. Tentava-se experimentar outros produtos. O "arrendamento, geralmente sob forma de meação" ocorreu principalmente com o desenvolvimento da cultura algodoeira (MOTTA, 1972, 33). Mas o parcelamento da propriedade

começou logo no início da crise da cafeicultura. Frise-se por tanto que o sitiante da região de Marília não é consequência do esgotamento dos solos: ele já surgira antes da crise, como vimos antes; sua participação aumentará com a necessidade do grande proprietário de fracionar suas terras para "escapar ao desastre financeiro". Mas no nosso caso, causado pela crise (FRANÇA, 1960:186).

Já mencionamos que o fazendeiro permitia que seus "colonos" plantassem arroz, milho e feijão nas ruas do cafezal. Era uma forma não monetária de remuneração da força de trabalho. Embora não disponhamos de dados, a produção desses gêneros era certamente importante, principalmente do arroz, seguido pelo milho. A primeira reação da agricultura logo após a crise foi no sentido de aumentar a produção desses cereais, seja ocupando partes mais baixas das fazendas, seja nos sítios resultantes do fracionamento delas. No anos de 1930 e 1931 tentou-se a plantação de trigo, fumo e soja. Pelo menos com relação ao fumo as referências dos jornais e testemunhas garantem que a experiência foi coroada do maior sucesso. Mais uma vez não há números e por esse motivo não conseguimos verificar com certeza as informações (15). A safra de trigo em 1930 foi ruim. Os incentivadores da triticultura culpavam o clima, garantindo que a terra se prestava para a produção daquele gênero. Ao que parece a soja também não se deu bem. O certo é que teve vida curta no município, sendo raríssimo encontrar referências. A soja nunca se recuperou. Marília aparece nas estatísticas graças à terra roxa da margem paulista do

15 - A dificuldade causada pela ausência de dados é muito grave, no caso, dado o caráter ufanista dos informes. O que sabemos é que tais culturas não permaneceram.

Paranapanema, que faz parte da mesma região administrativa do Estado.

g) Cotonicultura.

Em 1932 começa a crescer a produção de algodão no município. Aquilo que poderia ter sido apenas mais uma tentativa, acabou sendo o início da atividade que substituiria o café no papel de carro-chefe da economia local.

Em primeiro lugar, o mercado internacional se abriu para o algodão brasileiro. É que na ante-sala da II Grande Guerra, os blocos imperialistas começavam a enrijecer os controles sobre suas áreas de influência, principalmente via tarifas alfandegárias protecionistas. Estados Unidos, grande produtor e Inglaterra, grande consumidor mas que detinha influência sobre a Índia, que também produzia, empurram Alemanha e Japão à procura de novos fornecedores. E já em 1937 a Inglaterra era o terceiro importador de algodão brasileiro, depois exatamente de Japão e Alemanha (16).

Por outro lado, a brusca queda das receitas de exportação em virtude dos baixos preços e da pequena exportação de café e as conseqüentes medidas oficiais para conter as importações, propiciaram à indústria têxtil brasileira, que entrara na década de 30 com capacidade ociosa (CASTRO, 1971:144), excelente oportunidade para crescer a ritmos bastante acelerados:

16- Sobre a relação entre o Imperialismo e a cotonicultura brasileira na década de 30, ver PRADO JR., Caio, História Econôica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1969, 11ª ed. p. 266 e seguinte.

TABELA I. PRODUÇÃO NACIONAL DE ARTEFATOS DE ALGODÃO E CAMISAS
(1920=100) 1920 a 1938. (em milhões de toneladas).

Ano	Artefatos de algodão	Produção de camisas
1920	100	100
1923	160	84
1926	92	100
1927	101	113
1928	99	116
1929	81	105
1930	81	82
1931	108	113
1932	107	102
1933	109	96
1934	122	88
1935	128	138
1936	156	145
1937	164	144
1938	144	154

FONTE: Dados preparados por Jayme Fuks, da FGV, apud BAER, A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico Brasileiro, op cit, p. 19.

Diante do mercado favorável em consequência da demanda externa e da necessidade de incremento da produção interna, o Estado brasileiro passa a incentivar a produção do algodão. De resto ele procurava estimular a policultura, mas sua ação se fez eficaz de maneira especial no caso do algodão. É que além de se haver baseado em suporte técnico competente, encontrou todas as condições favoráveis.

Com relação à base técnica basta lembrar que o Instituto Agrônomo de Campinas, além de selecionar, tratar e comercializar as sementes, orientava os cotonicultores em relação às melhores épocas de plantio, combate às pragas, etc. Foi proibida a compra de sementes de particulares. Os cotonicultores eram incentivados a queimar as ramas após a colheita, além de efetuar a rotação de culturas, para dificultar a disseminação das pragas. Além da ação oficial brasileira, os imigrantes japoneses recebiam orientação de técnicos que vinham do Japão, principal importador durante certo período, especialmente para esse fim. Mas talvez as publicações superestimem a assistência técnica.

As condições locais eram favoráveis sob todos os aspectos: os fazendeiros, em má situação financeira, tratavam de preservar os cafezais, localizados, como já vimos, nas partes altas das propriedades. Em alguns casos loteavam as partes baixas; em outros apenas as arrendavam, casos em que o algodão convivia com o café na mesma propriedade. A tendência à pequena produção era reforçada do aspecto técnico, dada a necessidade de realizar a colheita em curto espaço de tempo. Os sitiantes, não podendo esperar vários anos pela recuperação -além de tudo incerta- da cafeicultura, muitas vezes não tinham alternativa senão substituir os cafeeiros pelo algodão, que exatamente por ser cultura temporária apresentava retorno compensador e rápido -

do. Falamos aqui de uma situação específica, sem a intenção de apontar, para as acomodações da estrutura fundiária, leis capazes de se impor com eficácia mecânica: "A acomodação da estrutura fundiária ao contexto em transformação pode levar tanto ao desmembramento quanto à fusão de propriedade." (CASTRO, 1972:158)

Acrescente-se às características já apontadas o fato de que o algodão podia ser plantado nas terras baixas, pois sua colheita praticamente terminava em junho, antes portanto das maiores geadas, e tem-se uma idéia de que de certa maneira seu cultivo chegou a ser complementar ao café. Também o foi do ponto de vista da utilização da força de trabalho, uma vez que a colheita terminava a tempo de liberar os trabalhadores para a colheita de café. E nem poderia ser de outra maneira, visto que o café não passou por Marília: ele aqui ficou e qualquer outra cultura que entrasse teria que conviver com ele.

Quem apontou o sincronismo entre algodão e pequena produção foi Monbeig (MONBEIG, 1977:253). Segundo ele, o algodão é "a cultura típica da pequena exploração rural" (MONBEIG, 1977:254). Por quê? o próprio Monbeig assinala que não era a primeira vez que a cotonicultura se expandia respondendo a um aumento da demanda ou a certas crises da cafeicultura, sem que das outras vezes a pequena propriedade progredisse sensivelmente (MONBEIG, 1977:255/6). A explicação estará portanto nas condições específicas do processo que estamos analisando.

Em primeiro lugar, esclareçamos: não se trata simplesmente da ligação entre algodão e pequena propriedade: o algodão convive geralmente, no nosso caso, com a pequena propriedade, caso em que a produção será direta - explorando trabalho familiar e raramente um ou dois trabalhadores assalariados - ou indireta, através de arrendamento. Mas também com

a grande propriedade, em pequenas porções de terras arrendadas, na maior parte dos casos por colonos estrangeiros. Muitos vindos diretamente para Marília - principalmente no caso dos japoneses - outros com passagem por outras regiões, caso típico da maioria dos espanhóis, italianos, lituanos, portugueses e de outras nacionalidades menos freqüentes.

A coincidência, portanto, é entre algodão e pequena produção pouco importando a dimensão da propriedade em que se realiza. E está ligada às determinações seguintes: descapitalização dos cafeicultores, que vendiam ou arrendavam partes de suas terras mais baixas para preservar os cafezais nas terras mais altas; presença de colonos possuidores de alguma poupança acumulada na cafeicultura, principalmente nas antigas regiões produtoras de café; presença de força de trabalho ociosa, em consequência da crise do café, e disposta a arrendar alguma terra; chegada dos migrantes japoneses, geralmente famílias pobres e instruídas para realizar a cultura do algodão sob a orientação e o controle das autoridades japonesas (18). Estas lhes davam apoio técnico e crédito. E les plantavam algodão e produziam seda para o Japão. (VIEIRA, 1973:53)

Os japoneses foram os primeiros agricultores a adotar o algodão no município (MONBEIG, 1977:261/2). Houve inclusive os que, tendo chegado em 1928/29, arrancaram os cafeeiros plantados para se dedicar à cotonicultura.

É pelos motivos expostos que Monbeig acrescenta, ao binômio algodão-pequena propriedade, o elemento japonês. Vejam se os quadros seguintes:

18- Sobre a presença do "estado" japonês dentro do Estado brasileiro, ver PRADO, 1969:271a 278; e MONBEIG, 1977 : 261 a 264.

TABELA II. DISTRIBUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA, POR NACIONALIDADE: 1934.

Nacionalidade	Quantidade	Porcentagem
Japoneses	1398	42,20
Brasileiros	925	27,92
Espanhóis	323	9,75
Italianos	247	7,45
Lituanos	201	6,06
Portugueses	130	3,92
Russos	33	1,00
Alemães	31	0,95
Sírios	12	0,36
Outras nacionalidades	13	0,39
TOTAL	3313	

FONTE: Prefeitura Municipal de Marília - Seção de Estatística e Arquivo, 1934, citado por MOREIRA & MAGALHÃES, op. cit. p. 213.

TABELA III. DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS, PELA IMPORTÂNCIA DE SUAS ÁREAS: 1934.

Área			Quantidade	Porcentagem
De	1 a	5 alqueires	794	23,96
De	6 a	10 alqueires	1193	36,01
De	11 a	20 alqueires	608	18,35
De	21 a	30 alqueires	272	8,21
De	31 a	50 alqueires	182	5,49
De	51 a	100 alqueires	120	3,62
De	101 a	200 alqueires	61	1,84
De	201 a	500 alqueires	50	1,51
De	501 a	1000 alqueires	19	0,57
Mais de 1000 alqueires			14	0,42
TOTAL			3313	

FONTE: Prefeitura Municipal de Marília - Seção de Estatística e Arquivo, 1934, citado por MOREIRA & MAGALHÃES, op. cit. p. 213. Obs.: o alqueire paulista vale 2,42 ha.

Entre os 86 maiores proprietários agrícolas do município de Marília, não aparecia um único japonês (MOREIRA & MAGALHÃES, 1936:217), apesar de serem japoneses 1398 dos 3313 proprietários que equivaleram a 42,20% (19). Adicionando-se o fato de que a população rural do município, de 47.635 habitantes inclui 11.586 japoneses (24,32%), temos que mais de 10% dos japoneses são proprietários, sendo todas ou quase todas pequenas as suas propriedades. Por outro lado, dos 32.042 brasileiros da zona rural, apenas 925 eram proprietários, o que equivale a 2,89%. Considerando-se que entre eles estão os fazendeiros que dispunham das maiores propriedades, temos que eram raros os migrantes brasileiros de outras regiões que não as zonas cafeeiras que possuíam terras (MOREIRA & MAGALHÃES, 1936:217/18). Tendo em conta que as 17 maiores propriedades somavam juntas 66.608 ha., ou seja, 20,31% dos 326.700 ha do município e que alguns proprietários detêm mais de uma propriedade, temos que a propriedade da terra entre os brasileiros ainda era bastante concentrada em 1934. Reforça-se portanto a relação muito bem detectada por MONBEIG: algodão+pequena produção+japoneses.

A produção de algodão cresceu rapidamente. Começando, pequena em 1932, já em 1934 atingira 10.400 toneladas. Não conseguimos a série histórica completa, mas os dados disponíveis permitem visualizar um perfil bastante nítido (tabela IV).

A produção de 8.746 toneladas em 1936 significava o primeiro lugar entre os municípios produtores do Estado de São Paulo (tabela V).

19- A área do município era de 326.700 ha, contra os 118.800 atuais.

TABELA IV. PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CAROÇO NO MUNICÍPIO DE MARI-
LIA: 1934-1946. (em toneladas)

ANO	PRODUÇÃO
1934	10.400
1935	11.250
1936	8.746
1937	12.399
1938	14.722
1939	
1940	17.581
1941	
1942	
1943	48.750
1944	69.000
1945	26.250
1946	27.295

FONTES: Até 1940, Anuário Algodoeiro, Bolsa de Mercadorias, 1941.
1943-1946, POVOAS, 1947:144.

TABELA V. PRINCIPAIS PRODUTORES DE ALGODÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO. (em toneladas)

ORDEM	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO
1º	Marília	8.746
2º	Campinas	7.718
3º	Avaré	6.312
4º	Bauru	6.014
5º	Rancharia	5.966
6º	Presidente Prudente	5.370
7º	Rio Claro	4.112
8º	Taquaritinga	4.042
9º	S. José do Rio Preto	4.031
10º	Catanduba	3.903

FONTE: Bolsa de Mercadorias do Estado de São Paulo, apud MOTTA, 1972:34.

É claro que uma cotonicultura tão importante presidiu toda a vida econômica no município. E foi exatamente a transformação das fibras do algodão em fios têxteis o setor dinâmico da indústria que primeiro se fez sentir intensamente em Marília. Entre 1936 a 1945 instalaram-se as primeiras grandes indústrias. Além disso, as alterações econômicas como a divisão da propriedade, o aumento da quantidade de pequenos produtores não assalariados, o aparecimento de um proletariado urbano, criavam as condições para o crescimento de indústrias e casas comerciais de outros ramos. Tanto isso é verdade que em 1945 havia 380 operários empregados pela indústria de "Materiais para indústria do vestiário-algodão, seda e rami" e 590 empregados no setor de "produtos alimentares" em um total de 1281 operários (20)

QUADRO I - PRINCIPAIS ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS - MARÍLIA - 1945.

ANO DA FUNDAÇÃO	EMPRESA	NUMERO DE OPERÁRIOS
1936	S/A SANBRA	26
1937	Anderson Clayton	231
	Tipografias e Livrarias Brasil	24
1939	S/A Indústrias R. F Matarazzo	280
1940	Manuel Pereira	21
1942	Fiação e Seda Brasil	127
	Seda Fiação de Marília	117
1944	Taizo Ohara	29

FONTE: Departamento Estadual de Estatística. Catálogo

20- Departamento Estadual de Estatística. Catálogo das indústrias do Estado de São Paulo. 1945.

Em 1945, as 4 maiores indústrias situadas no município (duas ligadas ao algodão e duas ligadas à seda) ocupavam 58,9% do pessoal ocupado na indústria e representavam 66,8% do capital industrial (21).

O período máximo de riqueza da cotonicultura foi entre 1940 e 1944. A última grande safra atingiu 69.000 toneladas .

h) Crise da cotonicultura

Mas a queda foi mais rápida, que a ascensão. Já em 1945 a colheita foi de 26.250 toneladas, 1/3 do ano anterior. E nunca mais se recuperou. Tentemos explicar.

Em primeiro lugar, a colheita de 1945 ainda não era sintoma da derrocada: era em grande parte do mau tempo. Em maio daquele ano ocorreram chuvas excepcionalmente fortes, que redundaram em perda da metade da produção de todo o Estado. Mas no município de Marília as chuvas foram especialmente abundantes, não sendo poucos os agricultores que perderam toda a produção esperada. Não raros cotonicultores ficaram totalmente arruinados: "a safra de 1945 decresceu consideravelmente devido ao mau tempo, arrastando os lavradores à mais completa e lastimável penúria, a ponto de ficarem sem os necessários recursos para a aquisição de sementes para novas plantações, o que resultou uma diminuição de quase 50% da área cultivada no ano anterior." (POVOAS, 1947:144) O testemunho de agricultores também confirma a presença de lagartas, cuja proliferação foi favorecida pelas chuvas excessivas. É fácil demonstrar que a causa não foi "externa". Basta dizer-se que a desastrosa safra de 1944/5 de apenas 26% da anterior resultava do plantio de 19.039 alqueires (46.074 ha) contra 20.511 alquei-

21- Note-se que as empresas que trabalham com o algodão somados às 2 maiores frações representam, segundo OHTAKE , 90% do capital industrial (OHTAKE, 1982:270).

res (49.637 ha) plantados em 1943/4.

Mas outros fatores influenciaram no sentido de que a cotonicultura não se recuperasse. O cansaço das terras, que não sendo adubadas apresentam declínio, no caso do algodão após 3 a 5 anos de uso; a demanda crescente de outros produtos, o desvio de recursos para o Paraná, cujas terras se apresentavam muito promissoras para a cafeicultura e o deslocamento da produção de algodão para a região de Presidente Prudente.

As próprias indústrias e exportadoras de capital norte-americano que compravam o algodão em regime de oligopsônio, passariam a comprar o amendoim, produto característico do "ciclo" posterior da economia municipal. E o poder público passou a restringir a venda de semente.

Mesmo considerando que o café teve aumentos de preços mais espetaculares que o algodão (BAER, 1977:390), não nos parece que as chamadas causas "externas", como queda de preço (por exemplo) tenham sido determinantes da queda da produção. Em primeiro lugar, porque a exportação brasileira ainda cresceu até 1948. Apenas em 1949 houve uma queda violenta nas exportações (ver coluna I da tabela VI, p. 47). Os preços internos também não caíram (cf. coluna III da tabela VI, p. 47).

É evidente que a produção de algodão apenas se transferiu para outras regiões. Para ficarmos com um exemplo, cite-mos o município de Presidente Prudente: Sua produção iniciou-se exatamente em 1944/45 e cresceu, exceção feita a pequena queda em 1948, até 1950 (tabela à p. 48).

Apesar de os preços do café, agora mais convidativos, terem incentivado a volta de esforços produtivos para a cafeicultura, não houve, no período, uma crise da cotonicultura brasileira. O que aconteceu com o algodão em Marília foi um fenômeno de outra natureza. É que a cotonicultura, ao contrário da cafeicultura, passou por Marília. Cansou as terras e

TABELA VI-- EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE ALGODÃO.

Ano	I-Toneladas	II-Contos de Réis	III-Preço Kg. II/I
1932	515	1.767	3,43
1933	11.693	32.782	2,80
1934	126.548	456.782	3,60
1935	138.630	647.993	4,67
1936	200.313	930.281	4,64
1937	236.181	933.363	3,99
1938	268.719	929.856	3,46
1939	323.519	1.159.420	3,58
1940	224.265	837.955	3,74
1941	288.274	1.010.355	3,50
1942	153.954	644.382	4,18
1943	77.962	413.777	5,30
1944	107.640	667.941	6,20
1945	164.456	1.049.058	6,38
1946	352.752	2.937.584	8,32
1947	285.473	3.076.205	10,78
1948	258.703	3.384.997	13,08

FONTE: Anuário Estatístico do Serviço de Estatística Econômica e Financeira - Ministério da Fazenda, apud BAER, 1977:388 cit.

TABELA VII. PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE. (em toneladas)

ANO	PRODUÇÃO
1944	2.904
1945	36.300
1946	45.980
1947	48.400
1948	43.560
1949	48.400
1950	53.240

FONTE: Departamento de Estatística do Estado, apud D'INCAO. "População, Ocupação Produtiva e Estrutura Fundiária", 1978:28

TABELA VIII. PRODUÇÃO MÉDIA DE ALGODÃO NO BRASIL: 1949 a 1975.

ANOS	PRODUÇÃO (tonelada)	ÍNDICE	ÁREA CULTIVADA (ha)	ÍNDICE
49-51	1.103.852	100,	2.557.726	100,
52-54	1.221.167	110,6	2.703.337	105,7
55-57	1.193.365	108,1	2.683.588	104,9
58-60	1.384.478	125,4	2.612.743	102,3
61-63	1.892.558	171,5	3.411.717	133,4
64-66	1.870.010	169,4	3.883.583	151,8
67-69	1.934.102	175,2	3.938.906	154,0
70-72	1.954.993	177,1	4.411.680	172,5
73-75	2.086.458	198,1	4.298.573	168,1

FONTE: Anuário Estatístico - FIBGE, cit. MULLER. "As transacionais e o Desenvolvimento da Agricultura Brasileira: o Setor das Oleaginosas". São Paulo, Cebrap, 1977:87/8.

seguiu seu caminho.

Com a cotonicultura teve seguimento a implantação da produção capitalista, ainda através de relações de produção não especificamente capitalista. Mas ao contrário do café, no caso da cotonicultura as próprias transnacionais se instalam diretamente, dispensando um intermediário como o "maquinista" do café.

Pela presença marcante da pequena propriedade; pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro, ferrovia tipicamente cafeeira; pela importância da cultura do algodão na constituição do parque industrial e das "funções" urbanas, tem claramente razão Flora Ohtake: "Marília é talvez a expressão urbana mais radical do processo de ocupação do oeste. Nela aparece com muita nitidez a relação que houve entre o desenvolvimento urbano e a ocupação das terras. E seu crescimento representa muito bem uma certa fase do processo de urbanização do estado, pois expressa o lado urbano do reinado dos dois produtos que praticamente deram origem ao "oeste pioneiro": o café e o algodão." (OHTAKE, 1982:129).

Ainda no ramo das fibras naturais a sericultura, também foi muito importante. Pelas características dos agentes cultivadores, pelo tipo de influência exercida sobre a economia do município, pelas origens da crise, deve ser tratada logo após a cotonicultura. Deve-se ressaltar no entanto, que o ritmo de sua implantação difere bastante do ritmo em que se estabelecem a produção do algodão.

Havia, já em 1934 uma pequena produção: 614.752 pés de amoreiras, plantados numa área total de 125 ha. localizada em Varpa, distrito próximo a Tupã que naquela época estava ligado ao município de Marília. Havia uma fiação que absorvia todos os 31.592 quilos de casulos.

A partir de então não temos dados sobre a evolução, certamente pouca expressiva, da produção, até 1940/1, quando o Instituto Agrônomo de Campinas passa a fornecer mudas e orientação técnica.

A seda se valorizava no mercado internacional em virtude da diminuição da produção japonesa (MOTTA, 1972:37). A partir de então o crescimento da produção foi rapidíssimo, ocupando em 1945 nada menos que 5.379,66 ha., com 16.087.700 amoreiras.

TABELA IX-PRODUÇÃO DE CASULOS NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA
(em toneladas)

Ano	Produção
1943	520
1944	700
1945	1.000
1946	900

FONTE: Prefeitura Municipal de Marília, cit. MOTTA, Ilse, op. cit. p. 37.

Verificando-se que a produção estadual de casulos era de 4.843 toneladas em 1945 e 5.853 toneladas em 1946, temos que nesses anos o município de Marília produzia 20,6% e 15,4% do total estadual, respectivamente.

Em 1945 havia 14 fiações que preparavam o fio para ser exportado para a Argentina, Chile e EUA. Também vendemos para a Itália, França e Suíça após o término da II Grande Guerra.

A produção do fio de seda foi importante no município, em primeiro lugar como fonte geradora de divisas. Em

segundo pela implantação de uma indústria de fiação e mesmo têxtil, sendo que as fiações ocupavam bastante força de trabalho.

No entanto o atraso da produção local, que não se a perfeioara; o reingresso do Japão no rol dos produtores de fios e tecidos de seda logo após o término da II Grande Guerra; o desenvolvimento dos fios sintéticos acabaram por decretar a morte prematura da atividade. Mas apesar da rapidez com que surgiu, cresceu e desapareceu, a sericicultura exerceu grande influência num momento crucial do desenvolvimento municipal. Como o algodão, desenvolveu-se no espaço aberto pela crise da cafeicultura.

A crise concomitante da cotonicultura e da sericicultura, ou seja, das duas matérias primas locais destinadas à indústria têxtil, exigirá novas modificações no perfil da agricultura. Examinando os produtos que substituíram o café no papel de carros-chefes da economia - e conseqüentemente das relações sociais - vejamos a importância das outras atividades econômicas.

A pecuária, que até 1929 apresentava apenas alguns fazendeiros produzindo carne para a cidade nascente, passa a ocupar, em 1947, 8.205 alqueires (19.856,1 ha) (PÓVOAS, 1947:141). Eram abatidos, em 1945, 4.806 bovinos e 3.550 suínos (PÓVOAS, 1947:110). Parte do gado consumido era importado de outras regiões. O leite produzido aqui também era insuficiente.

Favorecidas pela instalação do parque industrial e pelo crescimento da indústria paulista, outras culturas se desenvolveram: a do milho, arroz, feijão, batata, principalmente. A exportação para a capital do Estado era atingida, na agricultura, pelo arroz, amendoim e mamona. Para o exterior, café e algodão.

É claro que a produção de arroz atendia à necessidade alimentar da produção rural e urbana, além da "exportação" para os grandes centros, o mesmo acontecendo com a carne. Também entendemos que todos os produtos da zona rural, exceto os utilizados para auto-subsistência do agricultor, supõem um equipamento urbano para sua transformação ou pelo menos comercialização. E que os serviços urbanos e a indústria, principalmente no nosso caso a dos alimentos, realimentam a policultura via demanda de gêneros alimentícios. A aparência é de uma circularidade, em que cada atividade econômica estimula as demais. Há apenas uma exceção aparente, constituída pelas empresas que manipulam o algodão e os casulos, que parecem funcionar como uma espécie de condicionantes "exógenas" do processo. Mas sua "exterioridade" não está, por seu lado, limitada e desfigurada pela subordinação a condições locais? Não se pode entender a cotonicultura apenas pela demanda "externa", simplesmente porque ela não teria condições para se desenvolver com tanta intensidade sem a crise da cafeicultura, que determinou a divisão das propriedades. Lembremo-nos também de que ela encontrou profunda crise depois de 1944 apesar de a demanda externa persistir durante certo tempo em níveis crescentes.

i) Formação da cidade

O espaço urbano também foi loteado tendo em vista planos pré-estabelecidos. Assim a planta do "patrimônio" do Alto Cafezal, datada de 1924 é constituída por quadras uniformes, quadradas, compostas cada uma por oito datas de 22x33 e duas datas de 22x44 metros.

A indústria surge através do aproveitamento de gêneros regionais. Será incipiente, inclusive devido à ausência de energia elétrica e de quedas d'água aproveitáveis. Os primeiros setores a surgirem foram o beneficiamento de arroz, a in

dústria madeireira, tocada pela energia de caldeiras a vapor, a da alimentação, alfaiataria, calçados, bebidas, torrefação de café. O beneficiamento de arroz atenderá o mercado local e exportará para os centros consumidores nacionais. Do aproveitamento da madeira, pode-se dizer que ela se destinava principalmente à construção. A grande maioria das construções era de tábuas, incluindo-se os barracões que serviam de depósitos e mesmo as maiores lojas do período inicial. Mas há também um comércio de lenha para fogões e carvão. Surgem as primeiras construtoras e as indústrias rústicas de telhas e tijolos de cerâmica. Mas era na alimentação que já se insinuava um caminho muito incipiente para as atividades de transformação: laticínios, fubá, torrefações. E pequenas fábricas de massas alimentícias (22).

Apesar da incipiente industrialização, as funções urbanas mais importantes dos primeiros tempos são as ligadas aos serviços. Em primeiro lugar, as empresas ligadas ao comércio de terras rurais e urbanas, as profissões liberais como engenheiros e advogados. A hotelaria era também muito forte, seja na recepção do migrante que precisava se instalar provisoriamente até encontrar emprego ou comprar suas terras, ou na acomodação de mascates, leiloeiros, técnicos a serviços de empresas etc. Mas de qualquer maneira parece haver certo exagero nas palavras de Monbeig: "Os primeiros

22- Anúncio no Jornal Correio de Marília de 1928, reproduzido em 01 de maio de 1978: "Negócio de ocasião - Vende-se uma fábrica de macarrão, completa, com capacidade para demanchar 20 sacos de farinha por dia; moinho de fubá, bomba d'agua, balança Fairbanks de 200 Kg, uma dita para balcão. Aceita-se sócio que tenha prática da arte e disponha de algum capital ou prédio..." cit. Correio de Marília, 01.05.78, p. 8.

habitantes de Marília gostam de lembrar dos anos de 1924 a 1928 quando a champagne corria à larga, que se divertiam muito: dos 653 edifícios, três somente eram exclusivamente casas para moradia, 650 locais comerciais, 87 dos quais casas de tolerância" (MONBEIG, 1977:333). Afinal, no local onde se instalava a cidade de Marília, já em 1927 havia nada menos que três patrimônios, um ao lado do outro, e localizados no único ponto do espigão entre o Peixe e o Tibiriçá que cercado de vales por quatro lados, seria necessariamente, e sem possibilidade de erro, o caminho da Estrada de Ferro. Certamente, naqueles três patrimônios havia mais que três residências.

Como em toda frente pioneira, duas profissões liberais se apresentam com bastante desenvoltura: a medicina e a advocacia. Os médicos, via de regra clínicos gerais, tinham que cuidar de doenças contagiosas, sendo que a maior preocupação dos primeiros períodos foi com a meningite e o tifo. E os advogados tinham como causas mais constantes as questões a respeito da propriedade das terras.

O comércio, além das duas marcas de veículos e de peças, combustíveis e lubrificantes, era marcado pelos armazéns de secos e molhados, ferragens, louças, etc. Eram lojas que vendiam de tudo (23). Além, evidentemente, das farmácias e dos

23- Uma propaganda veiculada no Correio de Marília de 14.07.

1929 ilustra bem o que dizemos: a Casa Zamataro, " a mais antiga desta zona" vende: "fazendas, armarinho, roupas feitas, calçados, chapéus, bebidas finas, latarias, fumo, louças, ferragens, folhas de zinco, arame farpado e liso, camas, colchões, máquinas para lavou-ra, miudezas em geral, materiais para construção, tintas, óleos, pincéis, gasolina e querosene" p. 23.

bares, os estabelecimentos mais frequentes.

A crise da cafeicultura, que se fez sentir fortemente a partir de 1931 forneceria um lastro para os incentivos oficiais à diversificação agrícola. A chegada constante de migrantes, reforçando a força de trabalho urbana e rural, e evidentemente a demanda de bens e serviços, o incremento da pequena produção e a chegada das grandes empresas nacionais e transnacionais que trabalhavam com algodão e a seda, tanto as indústrias como as exportadoras, imprimiram um ritmo de crescimento urbano bastante rápido e em parte em consequência disso - uma crescente demanda de alimentos que realimentaria a diversificação agrícola.

O município fora criado, ainda em 1928, sob a euforia da expansão cafeeira. Criara-se também a Loja Maçônica Brasil II; chegara, em dezembro, o 1º trem; também haviam começado a circular dois jornais, um representando e defendendo as causas de Marília e outro as do Alto Cafezal. Em 1929, ano da instalação do município foi criada a guarda noturna, a linha de jardineiras que ligava Marília a Cafelândia e Garça e criada a Sociedade de Medicina que construiria a Santa Casa. Instalava-se a agência do Banco de São Paulo. Em poucas palavras, montava-se o equipamento urbano cuja necessidade se fazia sentir graças ao desenvolvimento da cafeicultura.

Com a inauguração dos serviços de Força e Luz ocorrida em 1930 aplainava-se o caminho para a industrialização.

O crescimento urbano era vertiginoso. O patrimônio de Marília, que em janeiro de 1928 tinha apenas 14 construções, passou a ter 686 em dezembro do mesmo ano. E o ritmo continuaria intenso sob o comando do algodão. Até então, tudo fora feito em função da cafeicultura. Mas a cotonicultura garantiria a manutenção do ritmo de acelerada urbanização. (tabela X, pag. 56).

TABELA X-- CONSTRUÇÕES EM MARÍLIA (Zona Urbana): 1928-1946.
(em dezembro)

ANO	CONSTRUÇÕES
1928	686
1929	1.084
1930	1.120
1931	1.453
1932	1.643
1933	1.862
1934	2.075
1935	2.846
1936	3.254
1937	3.637
1938	4.055
1939	4.098
1940	4.643
1941	4.782
1942	4.898
1943	4.938
1944	5.048
1945	5.217
1946	5.683

FONTE: Serviço de Estatística da Prefeitura, apud POVOAS, 1947:
121.

TABELA XI POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARILIA: 1934-1980

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL
1934	64.885	12.984	51.901
1940	81.064	28.358	52.706
1950	86.844	38.376	48.468
1960	90.884	54.178	36.706
1970	98.176	75.593	22.223
1980	121.877	107.425	14.452

FONTES: 1934: Serviço de Estatística da Prefeitura Municipal, apud MOREIRA & MAGALHÃES, 1947:203.
 1940 a 1980: IBGE, Censos Demográficos.

TABELA XII POPULAÇÃO DA ÁREA ATUAL DO MUNICÍPIO DE MARILIA: 1940-1980.

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL
1940	69.173	26.546	42.627
1950	78.185	37.773	42.402
1960	90.884	54.178	36.706
1970	98.176	75.593	22.223
1980	121.877	107.425	14.452

FONTE: FIBGE, Censos Demográficos.

O rápido crescimento da cidade impressionava o visitante, e deixava orgulhosos os habitantes. A tabela Xl p. 57, constituída a partir de dados certamente pouco precisos, permite no entanto visualizar como foi rápida a evolução demográfica do município.

Temos, pelos dados de que dispomos, que numa área em que havia índios em 1916, o primeiro levantamento urbano foi feito em 1922. O ano de 1928 começou com 14 construções e em 1940 havia um município com mais de 81 mil habitantes. Tal ritmo de crescimento não foi retomado até 1980.

O incremento populacional, bem como a distribuição da população pelo campo e cidade estão ligados de diversas maneiras ao tipo de cultura, distribuição da propriedade e às características histórico-econômicas do processo de desenvolvimento econômico nacional em que está inserida a área em estudo. Vimos que a cafeicultura já inaugurara no município a convivência da fazenda com o sítio. A nova etapa, realizada sob o patrocínio da produção de fibras naturais incrementará o aumento da população, acelerando ao mesmo tempo a urbanização. Pois a pequena cidade de 13.500 habitantes de 1934 abrigava 26 casas de tecidos, 3 fábricas de macarrão, 25 hotéis e 3 serrarias. Um setor de serviços que evidentemente atendia uma clientela muito maior que os habitantes da sede do município, a influência da cotonicultura apenas começava a se fazer sentir. A pequena cidade, no entanto, atendia não apenas à imensa área do município, funcionando antes como uma espécie de capital regional, situação que era reforçada pela condição de "ponta de trilhos". A situação de "capital regional" era garantida pela Cia. Paulista, que construíra estradas de rodagem se antecipando aos trilhos a Oeste, além de transversais visando fazer concorrência com as vizinhas Sorocabana e Noroeste.

O crescimento da cotonicultura e da sericicultura exerceram sua influência em primeiro lugar no estímulo às pequenas propriedades, cuja necessidade já se fazia sentir em virtude da crise da cafeicultura. A oferta de pequenas porções de terra, juntava-se agora a presença de antigos colonos e de imigrantes, principalmente os japoneses, dotados do necessário dinheiro ou alguma forma de acesso ao crédito. O japonês dificilmente se habituava à condição de colono, situação de quase escravo, recorrendo à fuga, muito deles, como única forma de romper o contrato e escapar à "porteira fechada". Acomoda-se melhor como arrendatário ou pequeno proprietário.

O algodão era comprado por indústrias nacionais, como a Mattarazzo, ou por transnacionais, como Anderson Clayton, que o descaroçavam, embalavam e exportavam. O caroço era prensado, para a retirada do óleo, da torta e do farelo. Os casulos iam para as fiações. Em 1945 havia 14 delas.

Assim, a produção de fibras exerceu grande influência sobre todos os aspectos do desenvolvimento municipal, seja diretamente, pelo incremento da população rural, seja indiretamente, pelo importante setor de comercialização e industrialização a ela ligada. Também por ocupar terras baixas que a cafeicultura tinha deixado intatas, liberou madeira que continuava alimentando os dentes metálicos das serrarias, tanto para consumo local como para embarques com destino à capital. Gerou muita riqueza, constituindo mercado certo para a intermediação bancária.

Entre 1934 e 1939 instalaram-se 4 bancos, entre eles a Casa Bancária Almeida, rebento local que se transformaria em Bradesco, criado em 1935. Entre 1940 e 1945, instalaram-se mais 9 agências bancárias.

j) Urbanização e diversificação agrícola.

j) Urbanização e diversificação agrícola.

Se é evidente que o ativo comércio presente em 1934 tinha sua clientela situada muito mais no campo que na cidade, com o desenvolvimento da cotonicultura o consumo urbano cresceu bastante, determinando uma maior diversificação agrícola, comercial e industrial. Em 1937 havia 15 máquinas de beneficiar arroz, 2 de café, 10 de algodão, 3 serrarias e 7 olarias.

Evidentemente a cotonicultura foi o motor da industrialização. Além das transformações causadas indiretamente, via pequena produção, demanda de forma de trabalho, alimentos, roupas, etc., a própria transformação do algodão (beneficiamento, produção de fios e óleo operam diretamente alterações no perfil da ocupação urbana. OHTAKE mostra isso claramente:

"Foi o algodão que provocou uma revolução na atividade da cidade, na segunda metade dos anos 30. Dos seis estabelecimentos de beneficiamento de algodão funcionando em Marília no ano de 1945, os quatro mais importantes foram instalados em 1936 e 1937. A importância desta atividade para a cidade pode ser avaliada pelo fato de em 1945 deter 20,7% do capital industrial aplicado na cidade (em pessoal ocupado representava apenas 7,1%). Também a indústria do óleo alimentício extraído do caroço de algodão implantou-se neste período: a Anderson Clayton em 1936 começou sua atividade em Marília beneficiando o algodão e no ano seguinte instalou a fábrica de óleo; Matarazzo começou com o beneficiamento em 1937 e em 1939 instalou a indústria de óleo e torta de algodão. As duas fábricas de óleo eram, em 1945, os maiores estabelecimentos industriais de Marília em capital e pessoal ocupado: detinham, juntas, 39,9% do total de operários da cidade e 62,6% do capital aplicado na indústria. Deste modo, a atividade de transformação do algodão era responsável, em 1945, por 83% do capital aplicado na indústria em Marília e por 47% do emprego industrial. (OHTAKE, 1982:161)

Ainda conformé Ohtake, as "cidades que nasceram na transição do complexo cafeeiro para economia industrial e que cresceram graças ao algodão ou à pecuária... tiveram da indústria o desdobramento natural e quase imediato da atividade agrária que lhes dava vida." (OHTAKE, 1982:172). É bem o caso de Marília.

A indústria se instalou, conforme hipótese formulada no projeto inicial, no período que estudamos. É claro que havia inícios de indústria alimentícia antes de 1930. Certo é também que a derrubada das matas e a construção da cidade supõem a existência de serrarias. Mas se aquela era incipiente, esta é efêmera. Cresceu enquanto se expandia a cafeicultura, teve uma sobrevida com a cotonicultura e depois refluíu sustentada pela importação da matéria-prima cuja origem é cada vez mais distante.

Entre 1931 e 1945 se instalaram as 11 indústrias que beneficiavam o algodão, 2 fábricas de óleo de caroço de algodão que produziam 6.000 toneladas de óleo por ano (PÓVOAS, 1947: 146), 14 fiações de seda, que consumiam 80% da produção local de casulos; 20 máquinas de beneficiar café e 16 de arroz. Estas exportavam para a capital ou para o exterior. Mas também surgiram aquelas que se destinavam ao atendimento do mercado local ou regional. E estas, mesmo sendo menores no número de empregados, na produção e mesmo na quantidade, não são por isso menos importantes. É que serão exatamente as desta categoria que permanecerão. São as de bebidas, móveis, massas alimentícias, tecidos e serralheria.

Vimos portanto no período de 1931 a 1945 a confirmação da nossa proposição inicial de que "... a instalação do setor industrial se dá no bójo da expansão industrial subsequente à crise de 1929..." (BALESTRIERO, 1978:4). Vimos também que a instalação a que nos referimos está ligada à expansão do mercado consumidor de fibras naturais (algodão e seda), tanto pa

ra exportação como para utilização pela indústria nacional, em expansão.

Resta considerar que sob a produção algodoeira a propriedade da terra se fracionou, se considerarmos o período como um todo. No entanto, durante os últimos anos, os lucros da cotonicultura permitiram que certos sítiantes comprassem terras de seus vizinhos, iniciando, ainda que modestamente, a reconcentração da propriedade que caracterizaria os momentos seguintes: "Um aumento de 4,01% no número de pequenas propriedades foi assinalado... no período compreendido entre 1935 e 1945 e corresponde a uma diminuição de 4,01% nas demais categorias dimensionais. Fato inverso, entretanto, ocorreu depois de 1946 até 1968: o reagrupamento das propriedades com a ampliação do número das grandes em detrimento das menores". Além da influência da pequena propriedade sobre a história do próprio município, deve-se notar que é constituída sob uma forma de comercialização em nítida transição: A partir de 1930, os loteamentos não mais serão feitos através de pequenas imobiliárias, mas por grandes empresas, geralmente de origem estrangeira, que lotearão glebas de centenas de milhares de alqueires. Acompanhamos, em seus traços mais amplos, a análise de Ilse Motta a respeito da fragmentação da propriedade.

Temos, no período estudado, um caso típico de urbanização sob o capitalismo tardio. Nascidas em pleno século XX, nossas cidades novas são constituídas com todas as facilidades técnicas e econômicas, mas também com todas as seqüelas do processo.

A economia regional "funciona". A aparente circularidade, que deixa passar a idéia de um "sistema" em funcionamento, não elimina a visão de conjunto. Tal economia regional é, para usar uma imagem um pouco tosca, como ponte de um iceberg: economia relativamente integrada tem sua razão

de ser na oferta das mercadorias que aparecem como "exceções" externas: o café, o algodão, a seda... são sempre os condicionantes do processo econômico-social, até que uma dinâmica interna passe a prevalecer. Nossas cidades são produtos da expansão do modo de produção capitalista, sendo sua vida econômica a reprodução da divisão internacional do trabalho sob o capitalismo. Assim, as "exceções" aparentes são mais que exceções: representam exatamente o setor dinâmico que determina o ritmo de expansão e funcionamento da economia como um todo.

CAPÍTULO III - INDUSTRIALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO

a) Indústria e mercado.

De acordo com o critério adotado para a periodização da história do município de Marília, que se baseia na estrutura da propriedade fundiária, o segundo grande movimento é aquele que se identifica pela reconcentração da propriedade.

Vimos anteriormente que embora houvesse pequenas indústrias desde a formação dos patrimônios originais, tratava-se de empresas que apenas atendiam a certas demandas locais de pequena monta. A industrialização propriamente dita começou com a transformação de fibras naturais, notadamente a partir de 1936.

Podemos identificar claramente dois momentos precisos do desenvolvimento industrial neste período da história municipal. O primeiro, entre 1946 e 1960, marcado pelas seguintes características:

- 1) transformação industrial baseada na produção de óleos alimentícios, determinando o sentido das transformações de toda a indústria e da agricultura, onde o algodão é substituído pelo amendoim;
- 2) ao contrário do período anterior, quando a cidade teve "na indústria o desdobramento natural e quase imediato da atividade agrária que lhes dava vida" (OHTAKE, 1982:172), o parque industrial instalado exerceu forte influência sobre a agricultura, seja diretamente através da compra dos grãos produzidos, seja indiretamente pela sustentação da policultura para atendimento das necessidades da população urbana crescente;
- 3) começa, portanto, um "padrão" em que a dinâmica do sistema econômico é comandada pelo capital industrial.

No segundo momento, a partir de 1960, a consolidação da tendência à concentração do parque industrial brasileiro na ou em torno da metrópole, com a ampliação da indústria pesada exerceu influência sobre a indústria mariliense num sentido bastante específico.

Tem razão OHTAKE ao estabelecer as diferenças entre os ca-

minhos da industrialização em Marília e Rio Claro no período. Afinal Rio Claro foi claramente alcançada pela "macro-metrópole" (OH-TAKE, 1982:208 a 216). Mas mesmo não sendo atingida pela vaga de expansão da macro-metrópole em razão da distância, o que permite que certos setores da indústria permaneçam constituídos pelas mesmas empresas de capital local, mudam algumas características importantes, embora o setor "produtos alimentares" continue a se consolidar cada vez mais como o mais importante da indústria local:

- 1) a indústria alimentícia mais importante (AILIRAM) passou para o controle de uma empresa transnacional de origem norte-americana (Beatrice Foods);
- 2) a produção de frutas, principalmente melancia, para atendimento do grande mercado constituído pela população da capital do Estado e vizinhanças desloca parte do esforço agrícola da produção de matérias primas, possivelmente acelerando as perdas da indústria local;
- 3) o crescimento da indústria "metalúrgica" - na verdade serralheria -, em grande parte para atendimento da construção civil na capital e região;
- 4) transferência de grande parte da indústria "química", na verdade indústria de óleos vegetais brutos. Mas esta última característica nada ou pouco tem a ver com o desenvolvimento da "macro-metrópole", devendo-se mais ao aparecimento da produção em larga escala de soja no sul do país.

b) Crescimento industrial de 1946 a 1960

Da mesma maneira que o período anterior fora marcado pelas fibras têxteis, nesta etapa a história da economia no município será a história da produção de óleos alimentícios.

Veja-se a tabela nº XIII, p. 67:

TABELA XIII-EVOLUÇÃO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA- 1940/1975

Ano	I número de indústrias	II número de empregados	III II/I
1940	94	1.062	11,3
1950	181	1.639	9,1
1960	193	1.715	8,9
1965	230	2.272	9,8
1970	251	4.094	16,3
1975	235	5.036	21,4

FONTE: FIBGE, Censos Industriais.

Podemos notar pela tabela acima que o número de indústrias cresceu consideravelmente na década de 40, tendo crescido também a criação de emprego industrial, embora a média anual de empregados por indústria tenha baixado. Mas a informação mais surpreendente é o crescimento do consumo industrial de energia elétrica na década de 50.

Evidentemente o consumo industrial de energia elétrica não é um indicador seguro de crescimento industrial. Mas apenas no mesmo sentido em que nenhum indicador é seguro. É medida de aparência, manifestação. E enquanto tal propõe problemas a serem resolvidos.

Acontece que exatamente em torno de 1950 as indústrias de óleo de amendoim estavam sendo instaladas, em sua maioria. Assim, o parque industrial sofreria uma profunda modificação no seu setor mais dinâmico, com a crise das fiações e o surgimento das máquinas de transformação do amendoim, que aumentaram a demanda de força de trabalho. Se nos lembrarmos de que a passagem da cultura do algodão para a do amendoim ocorreu a partir de 1945, tendo acontecido gradualmente, teremos condições de entender os dados da tabela seguinte:

TABELA XIV CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA
1940-1960

ANO	TOTAL	CONSUMO INDUSTRIAL
1940	4.982.568	3.536.199
1950	9.867.095	4.660.790
1960	26.248.610	11.763.910

FONTE- Companhia Paulista de Força e Luz.

De 1940 até 1945 não houve crescimento considerável da indústria. O aumento gradativo da produção de amendoim no município e na região possibilitaria, a partir de 1947, a especialização da produção de óleo, que passava a ser o principal produto extraído da matéria prima. Até então extraía-se óleo de caroço de algodão, um subproduto da produção das fibras para fins têxteis. Agora o objetivo principal será a produção de óleo, principalmente de amendoim, sendo as tortas, farelos, rações, adubos e sabões os subprodutos. Amplia-se no final da década o setor das oleaginosas que justificará o alto consumo de energia elétrica em 1960.

Foi precisamente a partir de 1947 que a produção de amendoim passou a presidir as mudanças sócio-econômicas ocorridas no município. Tendo surgido já em 1924 com a ocupação de 200ha., sua produção permanecera pouco significativa até que a desastrosa safra algodoeira de 1944/5 abrisse espaço para a produção em grande escala. (ver tabela nº XIV, p. 69).

É preciso muito cuidado com os dados sobre a produção de amendoim. Serão tratados aqui como indicadores mais ou menos corretos, pois em razão dos objetivos dos levantamentos, a DIRA trabalha com estimativas. Assim podemos considerar como mais ou menos correto, por exemplo, que o auge da produção ocorreu após o ano de 1960.

Notemos no contexto uma alteração fundamental: enquanto a produção de fibras naturais atendia ao mercado externo e a indústria têxtil nacional (mas sempre como matéria-prima mais ou menos

TABELA XV- PRODUÇÃO DE AMENDOIM NO MUNICÍPIO DE MARILIA (24).
Amendoim das águas+amendoim das secas

SAFRA	ÁREA PLANTADA ha	PRODUÇÃO sacas 25 kg.
46/47	339	20.000
47/48	2.795	295.200
48/49	2.380	235.000
...		
50/51	1.655	176.400
51/52	3.069	206.380
52/53	9.200	504.000
53/54	4.095	270.650
54/55	6.790	540.000
55/56	4.500	370.000
...		
57/58	9.300	1.130.000
...		
60/61	19.000	2.790.000
61/62	19.000	2.790.000
62/63	11.000	1.150.000
...		
65/66	33.880	1.638.000
66/67	37.510	1.938.300
67/68	27.500	1.460.000
68/69	25.000	1.100.000
69/70	34.000	1.270.000
70/71	46.000	1.740.000
...		
72/73	25.800	985.000

FONTE: DIRA, Levantamento iniciado por Ilse Motta e terminados por mim.

(24) Não uso os dados anteriores a 1947 porque: a) são esparsos; b) a produção é ínfima; c) em 1945 houve desmembramento de território, o que invalidaria qualquer comparação.

transformada e não como produto final), a produção de óleo atende à demanda de um mercado nacional em formação, sobretudo graças ao desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte. E será graças a isso que a grande produção de óleo concentrada em região temporariamente especializada tornará inviáveis as pequenas produções de óleos extraídos rudimentarmente em certas regiões do país, além de substituir a banha de origem animal.

Entre 1940 e 1950 a média de crescimento do número de empresas cresceu mais que a média de crescimento do número de empregos. Temos portanto um aumento relativo das pequenas empresas, o que por outro lado explica a queda da média anual de empregados por indústria.

Entre 1950 e 1960, embora continue a ocorrer uma certa reacomodação entre as pequenas indústrias, onde as fiações e tecelagens pequenas vão desaparecendo enquanto surgem pequenas indústrias de massas alimentícias e de reparos de implementos agrícolas, a grande alteração no consumo de energia elétrica do setor industrial, que cresceu 14,6% em média anual, é causada pela plena utilização da capacidade produtiva das indústrias de óleo e pela concentração do capital industrial.

É difícil estabelecer o momento em que certas empresas de reparos de implementos agrícolas se transformaram em indústrias. A indústria SASAZAKI, hoje uma das maiores do município, começou em 1943, produzindo pequenas máquinas: debulhadeiras de amendoim, de milho, semeadeiras de cereais e semelhantes, até chegar ao momento atual com um departamento de criação e produtos que competem fortemente no mercado nacional, como as venezianas por exemplo.

Na segunda metade da década o ritmo de centralização industrial foi bastante acentuado. Afinal, embora naqueles dez anos o crescimento do número de indústrias e de empregados tenha sido levemente positivo, entre 1954 e 1960 o de indústrias diminuiu 34%.

Um exame apressado dos dados oficiais sobre a indústria em Marília levaria fatalmente a enganos. Entre 1950 e 1960 a participação dos ramos "Produtos alimentares" e "Têxtil" caiu, segundo os dados da FIBGE (ver tabela nº XVI na pág. 72). Naquela década o setor têxtil teve sua participação percentual segundo o pessoal ocupado reduzida de 24,5% para 6,0%, enquanto segundo o valor da produção a queda foi de 22,0% para 17,9%, o que é verdadeiro. Mas a queda no pessoal ocupado se deve principalmente ao desaparecimento das fiações graças ao deslocamento da produção de algodão. Se a queda da participação relativa do setor no valor da produção não foi mais forte, isso se deu graças à tecelagem que se mantém através da utilização de fibras "importadas" que gradativamente são substituídas pelas fibras sintéticas.

Mas a queda da participação percentual do setor "produtos alimentares" é enganadora. A nível de pessoal ocupado, a queda seria de 33,1% em 1950 para 24,0% em 1960. Mas do ponto de vista do valor da produção teria havido um declínio de 64,3% para apenas 28,1%.

É claro que tais dados indicariam um verdadeiro desastre, se não fossem "compensados" pelo aparecimento de uma providencial indústria química, que inexistindo em 1950 surge em 1960 utilizando 16,6% do pessoal ocupado e sendo responsável por 39,5% da produção industrial.

A explicação é simples. Ocorre que a produção de óleo bruto, antes registrada no setor alimentar, passa a ser anotada pelo então IBGE como indústria química.

Devemos considerar que embora houvesse empresas que compravam o amendoim e o remetiam para outras cidades (J.B. Duarte, MC Faden), boa parte do amendoim aqui produzido era prensado para extração do óleo e subprodutos na própria cidade de Marília. Ou seja, da mesma maneira que na lavoura, também nas prensas a semente do amendoim substituíria a do algodão. Portanto, pela primeira vez o rumo de uma alteração nas atividades agrícolas não era totalmen

TABELA XVI MARÍLIA. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS CINCO PRINCIPAIS RAMOS DA INDÚSTRIA NO EMPREGO E NO VALOR DA PRODUÇÃO. 1950-1975.

RAMOS	1950		1960		1970		1975	
	Pessoal Ocupado	Valor da Produção						
Produtos alimentares	33,1	64,3	24,0	28,1	31,2	40,6	43,6	46,9
Têxtil	24,5	22,0	6,0	17,9	9,7	10,7	9,7	9,9
Madeira	10,6	6,3	6,8	2,8	(1,7)	(0,6)	(1,7)	(0,6)
Material de transporte	6,3	1,9	(3,4)	(1,0)	(2,6)	(0,7)	(3,8)	(0,9)
Editorial e gráfica	6,0	1,3	(2,2)	(0,2)	(2,4)	(0,5)	5,4	(1,4)
Química	-	-	16,6	39,5	11,4	29,3	6,7	20,3
Bebidas	(3,1)	(1,2)	15,5	6,5	9,8	5,3	(3,7)	7,4
Papel e papelão	-	-	(2,5)	(0,5)	12,6	4,6	(3,2)	(2,3)
Metalurgia	(0,5)	(0,1)	(1,2)	(0,6)	(3,7)	(1,8)	5,6	2,3
Participação dos cinco principais ramos	80,5	95,8	73,9	94,8	74,7	90,5	71,0	86,8

Nota: Estão entre parênteses os dados quando o ramo não se inclui entre os cinco principais da cidade.

FONTE: Departamento Estadual de Estatística - FIBGE. Censos industriais de 1970/75, apud OHTAKE, 1982:278

te determinado pelo capital comercial: a demanda exercida pelo parque industrial instalado influenciava a utilização da terra cujo emprego deixara de ser econômico para a cultura precedente.

A tendência para o crescimento da acumulação no setor de transformação confirmaria a mudança de orientação na inversão de capitais estrangeiros na economia nacional. Afinal é a partir de 1949 que se tem notado o aumento na entrada de capitais estrangeiros e sua reorientação, dirigindo-se dos serviços ditos de utilidade pública (eletricidade, transporte, comunicação) para a transformação, e principalmente para a indústria química, setor em que está inclusa a produção de óleos brutos (MULLER, 1979). Também devemos considerar que o complexo agro-industrial das oleaginosas exige grande investimento no setor da transformação industrial.

Em Marília confrontam-se a SANBRA (grupo Gunge & Born) e a Anderson Clayton (norteamericana), por exemplo, de um lado e os grupos nacionais de grande porte capazes do mesmo comportamento oligopsônico: Mattarazzo, J.A. Veríssimo e outros, com os produtores, geralmente pequenos, de amendoim, que na maioria dos casos haviam sido compradores de algodão.

A interligação de Marília com outras regiões do Estado, mas sobretudo com os Estados limítrofes através de estradas asfaltadas, aliada à crescente urbanização da população, vai configurando um mercado crescente para a indústria de produtos alimentícios que se torna, cada vez mais claramente, o setor mais importante da indústria mariliense. Em valor da produção, a ultrapassagem se dará na próxima década.

Evidentemente essa indústria estará relativamente protegida da concorrência exercida pelos grandes grupos produtores de alimentos exatamente pela distância física e conseqüentemente pelos custos de transportes.

O acesso a um mercado mais amplo, portanto, foi reforçado pela urbanização da população. Lembremo-nos de que foi exatamente na década de 50 que a população urbana superou a rural no municí-

pio (ver tabela na p.57). É que a urbanização da população, ao mesmo tempo em que padroniza o mercado de trabalho, padroniza também o consumo, pois o trabalhador rural ao perder o acesso a certos alimentos "in natura", torna-se um consumidor obrigatório de alimentos, roupas e outros bens industrializados.

c) Crescimento industrial pós-1960

Examinemos os Censos Industriais da FIBGE: a classificação dos 6 principais setores da indústria segundo dois critérios será a seguinte, em 1970:

QUADRO Nº 2 - MARÍLIA-CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES MAIS IMPORTANTES DA INDÚSTRIA - 1970.

Segundo o pessoal ocupado	Segundo a produção
1º Alimentação	1º Alimentação
2º Papel e Papelão	2º Química
3º Química	3º Têxtil
4º Bebidas	4º Bebidas
5º Têxtil	5º Papel e Papelão
6º Metalurgia	6º Metalurgia

FONTE: FIBGE, Censo industrial de 1970.

Já em 1975, portanto com apenas cinco anos de intervalo, o perfil apresentará profundas modificações, embora o grupo ainda seja quase o mesmo:

QUADRO Nº 3 - MARÍLIA-CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES MAIS IMPORTANTES
DA INDÚSTRIA - 1975.

Segundo o pessoal ocupado	Segundo a produção
1º Alimentação	1º Alimentação
2º Têxtil	2º Têxtil
3º Química	3º Bebidas
4º Metalurgia	4º Química
5º Editorial e Gráfica	5º Metalurgia
6º Mecânica	6º Papel e Papelão

FONTE: Censo Industrial de 1975.

A alteração mais importante corresponde à queda de posição da indústria química na classificação segundo a produção. É que naquele setor está incluída a produção de óleo bruto, que utilizava 11,4% do pessoal ocupado na indústria para produzir 29% do produto industrial e em 1975 passa a ocupar 6,75% do pessoal e apresentar uma produção correspondente a apenas 20,3% da produção industrial.

Mas para a mudança da indústria química, a perda de produtividade da cultura do amendoim contribuiu pelo menos tanto quanto a implantação da cultura da soja no sul do país. A média de plantio anual de 16,333 ha. resultou na produção anual média de 2.243.333 sacas de 25 kg nos anos 1961/62/63. Uma produção média anual que alcançou no triênio 137,3 sacas por hectare. No triênio 67/69 a produção já havia caído para 49,9 sacas por hectare, ou sejam 1.496.100 sacas para 30.003,3 hectares.

É nítida a perda de produtividade. Tão nítida que só pode ter sido sustentada graças à boa remuneração propiciada pelo mercado comprador e pela economia representada pela proximidade da

indústria.

A partir de 1960 pode-se dizer que a indústria de óleos alimentícios só permaneceu na cidade por inércia: com apenas uma exceção (indústrias Novaes) constituída por família local, as demais são administradas através de decisões tomadas em outras partes, sejam nacionais ou transnacionais. Impõem os preços das matérias primas e dos produtos e só permanecem enquanto os custos da difícil transferência das instalações e equipamentos forem mais que proporcionais aos ganhos de proximidade da matéria prima. O grande declínio da produtividade da terra local, aliado à crescente produção de sementes oleaginosas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul as levarão embora.

As mudanças começam pelas transnacionais, que tendo construído fábricas desmontáveis (as próprias paredes dos barracões eram de chapas aparafusadas) deixam os terrenos livres para serem imediatamente loteados, enquanto as nacionais, que haviam construído em alvenaria só o fazem deixando atrás de si grandes somas imobilizadas em terrenos e construções de venda difícil.

Para entender os indicadores do crescimento da indústria, consensualmente considerado na época como sinônimo de desenvolvimento, temos que partir exatamente da importância das oleaginosas.

Na verdade o grupo das indústrias do setor oleaginosas se divide em dois subgrupos bem delineados: o das empresas de grande porte, ligadas a fortes conglomerados transnacionais ou a grandes grupos nacionais, e as indústrias pertencentes a grupos que se não chegavam a ser pequenos, eram pelo menos muito menores que os outros: grupos locais, como as Indústrias Novaes (óleos, sabão e macarrão) e grupos regionais, como Zillo-Lorenzetti (Óleos, sabão açúcar, aguardente). A voracidade dos grupos mais poderosos, sua tática oligopsônica, mas principalmente a queda acentuada da capacidade de produção da terra, que torna cada vez menos elástica a oferta, fazem com que se mudem em busca do controle da comercialização e transformação da soja, quando os preços internacionais do produto passam a estimular a sua plantação do Rio Grande do Sul

até a margem paulista do Vale do Paranapanema. Mattarazzo, Anderson Clayton, SANBRA, as maiores enfim, desmontaram suas máquinas e transferiram-se para o Paraná. Permaneceram, do que sobrou da produção de amendoim na região apenas Novaes, que já faliu, Zillo e J. A. Veríssimo.

O setor das oleaginosas estava ligado à região pelo lado do abastecimento das matérias primas, sendo pequeno o consumo local se comparado com a produção. Mas o município de Marília, pelas características enunciadas na etapa anterior do trabalho, já começava a desenvolver as condições necessárias para o crescimento de indústrias fornecedoras de bens de consumo regional. Este será o principal setor dinâmico daí em diante.

O impacto da decadência das oleaginosas sobre o produto industrial se fez sentir mais violentamente, como vimos, entre 1970 e 1975. Mas continua a apresentar seus efeitos nas crises das indústrias que ficaram, que inclusive já levaram uma delas à falência.

Mas o crescimento do parque industrial como um todo não demorou a retornar a taxas positivas, principalmente graças ao setor alimentar, de longe o mais dinâmico entre as indústrias locais. Entre 1970 e 1975 o número de indústrias alimentícias caiu de 84 para 63. Mas mesmo assim, o pessoal ocupado por elas saltou de 1277 para 2195 pessoas, um crescimento de 71,9% em cinco anos. Ver tabela nºXVII na p. 78) .

As indústrias do setor da alimentação começaram todas como pequenos estabelecimentos para atendimento do mercado local. Com o aperfeiçoamento da malha viária, passaram a atender um mercado regional em expansão. A Marilan, por exemplo, foi fundada em 1953. Era pequena empresa familiar, como as outras, que fabricava macarrão utilizando o trabalho de familiares do proprietário. Crescendo, diversificou a produção, acrescentando vários tipos de biscoitos. Recentemente abandonou a produção de macarrão, expandiu suas vendas pela "alta paulista", depois pelos Estados

TABELA XVII - ESTABELECEMENTOS, PESSOAL OCUPADO E PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM MARÍLIA POR SETOR DA PRODUÇÃO.

SETOR	Nº DE INDÚSTRIAS		PESSOAL OCUPADO		PRODUÇÃO (C\$ 1.000)	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975
Total	251	235	4.094	5.035	244.320	1.071.391
Minerais não metálicos	17	26	77	123	527	4.860
Metalurgia	17	23	151	281	4.417	24.806
Mecânica	16	15	150	242	2.873	19.375
Material Elétrico e de Comunicações	5	5	32	56	653	7.550
Material de Transportes	8	11	106	193	1.804	9.410
Madeira	7	8	71	85	1.455	6.617
Mobiliário	23	14	150	152	2.645	14.150
Papel e Papelão	8	5	517	159	11.328	24.622
Química	12	8	466	340	71.623	217.804
Têxtil	7	6	396	488	20.030	106.498
Vestuário e Calçado	20	11	123	63	2.030	2.217
Alimentação	84	63	1.277	2.195	99.182	502.451
Bebidas	3	3	400	189	13.055	79.467
Editorial e Gráfico	10	18	97	273	1.158	14.576
Prods. Matérias Plásticas				88		16.761

FONTE: FIBGE. Censos Industriais de 1970 e 1975

do Sul até Santa Catarina, parte de Mato Grosso do Sul, Goiás e vários Estados ao Norte.

A mesma história, com variações de detalhes, serve para todas as indústrias do setor. Apenas algumas cresceram menos, outras mais. A Ailiram, que foi mais longe graças à captação de recursos através de agentes financeiros internacionais, acabou na mão de um grupo transnacional, a "Beatrice Foods". Realizou a verdadeira proeza de exportar balas para os Estados Unidos. Ao contrário do que se pode imaginar, não consomem gêneros regionais: farinha de trigo, de soja, gordura vegetal (também de soja) açúcar; nada é produzido no local.

Não há jazidas minerais dignas de nota. Os minerais não metálicos são, além de tijolos cerâmicos fabricados com argila medíocre e portanto facilmente vencidos pela concorrência de municípios vizinhos, apenas se produzem blocos e lajes de concreto que acompanham o ritmo da construção civil.

A sigla metalurgia na verdade engloba a serralheria, indústria iniciada em pequenas oficinas de reparos de implementos agrícolas ou pequenas fábricas de máquinas simples como semeadeiras e debulhadeiras. Apenas uma dessas indústrias vende sua produção para um mercado mais amplo: a Sasazaki, empresa já citada, que coloca venezianas em São Paulo e outros grandes centros e exporta máquinas agrícolas para diversos países.

Terminaram os tempos áureos da indústria madeireira. Não há mais grandes serrarias como no início. As empresas que trabalham com madeira tiveram basicamente três caminhos: umas se transformaram em atacadistas de madeiras e artefatos; outras se especializaram em produtos finos como parquets, portas artesanais, etc.; os últimos aliaram à madeira a comercialização de materiais de construção em geral. Exemplos dos três tipos de caminhos são, pela ordem, Cavalari, Capellozza e Serraria Santa Lúcia.

Papel e papelão é outro setor que está em crise. Foi um ramo que experimentou uma euforia na década de 60, com o surgimento de muitas fábricas. Mais até do que o mercado podia suportar. As duas maiores faliram.

Resta comentar as bebidas. Em 1947 havia 5 fábricas de bebidas, segundo Glycério Póvoas. Todas eram pequenas. A que mais se desenvolveu acabou absorvida pela Cia. Antarctica Paulista em 1962. Continua a crescer.

É verdade que verificados os dados dos censos industriais constata-se que Marília "perdeu espaço", ficando "para trás" no desenvolvimento industrial do Estado, seja em relação ao valor da transformação industrial, seja em relação ao emprego gerado pela indústria" (OHTAKE, 1982:179).

Mas verificando mais de perto, deve-se notar que na verdade o que ocorreu foi a perda quase total de um setor, o de oleaginosas, acontecendo ao mesmo tempo a consolidação dos setores mais dinâmicos: a indústria alimentícia e a metalúrgica.

É claro que a "metalúrgica" dependerá, para continuar a se desenvolver, da performance da construção civil no Estado. A alimentícia poderá se manter desde que consiga modernizar a produção e sobretudo a administração de cada empresa, ganhando condições para enfrentar a concorrência em que é favorecida pelas condições geográficas.

De qualquer modo, fica claro que hoje a indústria local está subordinada ao processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Isso é muito simples, mas nem por isso deixa de ser verdadeiro. Obviamente nem sempre foi assim. A própria história da industrialização de Marília pode ser interpretada como a história da constituição de um setor de transformação sob um movimento exógeno e sua metamorfose para uma economia com as determinações localizadas num movimento endógeno de acumulação. Quer dizer, é a história de uma indústria que se constitui enquanto a economia brasileira passa do padrão agroexportador para um pa-

drão especificamente capitalista de acumulação.

d) Agruras da agricultura.

Após a erradicação de cafeeiros considerados deficitários, ocorrida de 1958 a 1964 com financiamento do GERCA, instituição ligada ao IBC, os percalços da cafeicultura, principalmente em razão das geadas do Paraná estimularam novamente o plantio de café em Marília. Mais uma vez, com financiamento oficial. Mas agora o plantio já era feito apenas nas terras altas de boa qualidade e com apoio dos técnicos oficiais. Cada vez mais a cafeicultura foi se deslocando para as faixas de terra mais adequadas e geralmente em médias propriedades (100 a 500 ha).

Verifica-se pela análise da tabela nºXVIII, p82, um lento declínio tanto na quantidade de pés como na produção. A exceção ocorrida em 1965/6, com relação à quantidade de pés novos, decorreu de mudança da política oficial para o café. O Estado voltava a financiar o plantio. Também se pode notar que não há criação de novos cafezais. Os pés novos se destinam sempre à renovação de cafezais.

Ilse Motta nota que a cafeicultura ocupava, em 1971, 10,2% da área do município (MOTTA, 1972:27). Considerando o número de cafeeiros existentes então e agora, podemos concluir que a proporção permanece mais ou menos a mesma. Por outro lado, em 1970 o café tinha sido responsável por 32,28% da produção agropecuária municipal.

Enquanto as pequenas propriedades se ocupam de culturas temporárias -únicas possíveis devido à qualidade e quantidade de seus recursos-, as grandes propriedades praticam cada vez mais a pecuária. Assim, a cafeicultura fica reservada para os velhos fazendeiros dos espigões.

Há algumas exceções constituídas por pequenas propriedades das baixadas dotadas de pequenos cafezais. Mas a incidência das geadas faz com que esses casos excepcionais diminuam cada vez mais.

TABELA XVIII- PÉS DE CAFÉ NOVOS, ADULTOS E PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA: 1961-1981.

ANO	PÉS NOVOS	PÉS ADULTOS	PRODUÇÃO (tonelada)
1961	2.000.000	14.000.000	7.620
1962	2.000.000	14.000.000	6.480
1963	2.300.000	11.500.000	7.200
1964	2.000.000	11.500.000	2.299
1965	3.500.000	11.500.000	8.280
1966	4.000.000	11.500.000	8.970
1967	1.900.000	10.500.000	8.160
1968	1.500.000	10.500.000	7.500
1969	1.000.000	8.700.000	7.866
1970	1.000.000	8.000.000	1.900
1971	1.850.000	8.000.000	7.797
1972	1.700.000	9.200.000	2.760
1975	1.000.000	10.500.000	5.040
1976	2.000.000	10.000.000	450
1977	2.000.000	10.000.000	3.600
1978	2.000.000	10.000.000	5.400
1979	2.000.000	10.000.000	4.800
1981	100.000	9.800.000	5.292

FONTE: Dira.

A cafeicultura é explorada diretamente pelo proprietário, que utiliza trabalho assalariado (geralmente volante) para as colheitas, que são arrendadas.

Apesar dos fazendeiros procurarem segurar os nutrientes colocados cimentando a terra arenosa com calcáreo trazido de longe, a tendência facilmente verificada percorrendo toda a região é pela diminuição da cultura cafeeira e concomitante crescimento da pecuária, que ocupa os espaços. Nota-se visualmente que a pastagem sobe as encostas, espremendo os cafezais, que vão sendo confinados em faixa cada vez mais estreita.

e) Culturas temporárias.

A produção de milho sempre foi relativamente importante. Ultrapassado pelo algodão, seda e amendoim que nos seus momentos de glória o superaram, o milho foi sempre um produto de cultura temporária de alguma importância. Praticada geralmente para autoconsumo, sua comercialização é pequena. A retenção para autoconsumo é facilitada pelas condições de armazenamento favoráveis, seja por ensilamento particular, bastante fácil graças ao clima razoavelmente seco, seja através dos silos da CEAGESP.

A partir de dados da DIRA, calculamos que a produção média do município entre 1965 e 1981 tenha sido da ordem de 14.280 toneladas anuais, não havendo grandes desvios com relação a essa média.

Entre as culturas temporárias de frutas, o caso mais sintomático da posição de Marília com relação ao desenvolvimento da economia nacional é a melancia. Tendo sua cultura comercial começado em 1958/9 com o plantio de 60 ha., chegou a ocupar entre o ano 1968 e 1970 mais de 1.000 ha. por ano, produzindo em média 60.000 toneladas. É claro que o consumo local é ínfimo comparado com essa produção. Ela se destina a atender ao mercado constituído pela Grande São Paulo, que na década de 60 experimentou uma explosão populacional. De 1970 em diante a produção de melancia

diminuiu, até se estabilizar nos níveis atuais de 18.000 toneladas, produzidas em 600 hectares.

Outros produtos agrícolas no município, embora sem grande importância, são: amendoim, arroz, mandioca, algodão, cana, mamona, feijão, batata, tomate, couve-flor e outros alimentos tradicionalmente produzidos nos "cinturões verdes" das grandes cidades

f) Pecuária

Da receita total de Cr\$ 27.014.000,00 constatada pelo Censo Agropecuário de 1970, Cr\$ 8.693.000,00, ou sejam 32,18% eram produtos da pecuária, sendo que desta, a metade era representada por animais de grande porte e a outra por animais de pequeno porte e aves.

TABELA Nº XIX -MARÍLIA- PRODUÇÃO ANIMAL- 1970

CLASSE	PRODUÇÃO
Grande porte	Cr\$ 4.274.000,00
Médio porte	Cr\$ 58.000,00
Pequeno porte e aves	Cr\$ 4.361.000,00

FONTE: FIBGE, Censo Agropecuário de 1970.

Considerando os consideráveis prejuízos causados pela proliferação da peste suína africana - ou pela campanha de erradicação - no final da década de 70, a participação dos animais de médio porte deve ter se reduzido mais ainda, ficando praticamente insignificante.

TABELA Nº XX - GADO BOVINO, VACAS ORDENHADAS E PRODUÇÃO DE LEITE
MARÍLIA - 1972 - 1979 (em litros)

ANO	EFETIVO	VACAS ORDENHADAS	LEITE	PRODUTIVIDADE
1970	52.258	5.107	4.704.000	921,09
1974	61.198	5.857	5.394.000	920,95
1977	56.832	5.439	5.009.000	920,94
1979	55.617	5.561	5.100.000	917,10

FONTE: FIBGE, Censos Agropecuários.

Nota-se pela tabela acima que a criação de gado bovino alcançou seu auge , tanto no total do contingente como no de vacas ordenhadas e na produção de leite no ano de 1974. Depois disso, há um pequeno decréscimo dos três itens. Também se pode notar que a produtividade média das vacas leiteiras não melhorou nem caiu ao longo da década. No entanto a pecuária é cada vez mais praticada a partir de técnicas modernas: gado estabulado, ordenha mecânica, etc. Na verdade a produtividade da pecuária leiteira não se deve medir apenas pela produtividade litros/animal, mas pelo aproveitamento das condições naturais, equipamentos e insumos em geral. A avicultura vem ganhando importância:

TABELA NºXX-a-MARÍLIA- PRODUÇÃO DE OVOS DE GALINHA (Dúzias)

Ano	Produção
1970	2.310.000
1974	2.838.000
1977	4.837.000
1979	5.000.000

FONTE: FIBGE, Produção Agropecuária Municipal.

Diante do crescimento e da diversificação dos mercados con

sumidores e das melhoras genéticas que aumentam a produtividade, compensando os altos preços dos insumos, a avicultura tem progredido bastante no município, principalmente aquela voltada para a produção de ovos.

Está em recuperação a partir dos últimos anos a produção de casulos de bicho-da-seda. Renasceu em torno de 1970, com a produção de 17.735 quilos e vem se desenvolvendo:

TABELA Nº XXI - MARÍLIA- PRODUÇÃO DE CASULOS (em Kg.)

ANO	PRODUÇÃO
1970	17.735
1974	22.475
1977	175.000
1979	211.006

FONTE: FIBGE, Produção Agropecuária Municipal.

Parece haver tendência ao desenvolvimento das plantações de amoreiras. Mas desta vez a situação do sericicultor será certamente diferente da que ele encontrou nos velhos tempos. Afinal não há um florescimento da indústria de fio de seda na cidade. O que os produtores encontrarão dessa vez será um único comprador: uma grande empresa de capital japonês. Assim, além da concorrência das fibras sintéticas, que deixam para a seda natural apenas alguns usos, os produtores enfrentam uma comercialização de caráter monopsônico. A sericicultura não voltará a ser a mesma.

g) Propriedade da terra.

Da análise do período anterior ficou evidenciado que a propriedade da terra começara a sofrer uma reconcentração propiciada inicialmente pelos lucros da cotonicultura e aprofundada graças ao empobrecimento de muitos dos pequenos cotonicultores

que a crise do algodão deixou em situação de penúria, e que cederam suas terras para empreendimentos agronegócio de maior porte, indo em busca de novas frentes de expansão. No período recente houve uma desaceleração no ritmo de concentração. Insisto: não houve estancamento e muito menos reversão da tendência à reconcentração da propriedade, mas apenas uma diminuição do ritmo em que acontecem as anexações de terras.

Tentaremos demonstrar isso a partir de dados, fazendo em bora as costumeiras ressalvas. Primeiro, deve-se ressaltar as dificuldades devidas à escassa comparabilidade dos números existentes em razão dos diferentes critérios de periodização, de divisão das classes de áreas em divisão funcional, divisão administrativa, etc. Segundo, mesmo quando os critérios são homogêneos, como nos diversos censos da FIBGE, temos que considerar as anexações e os desmembramentos de distritos como as que ocorreram nas décadas de 30 e 40, alterando o significado dos dados referentes a 1940 e 1950.

Mesmo considerando que a concentração da propriedade no município não é elevada, havendo mesmo 1.567 propriedades (quase 90%) menores de 100 hectares, é preciso reconhecer que as 10% maiores cobrem 80% da área.

TABELA Nº XXII- ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA-1970
(em hectares)

ÁREA	Número de propriedades	área total
até 10 ha	623	3.591
10 a 1.000 ha	1.106	77.124
1.000 a 5.000 ha	14	30.407

FONTE: FIBGE, Censo Agropecuário de 1970.

Podemos notar que 89,9% das propriedades ocupam apenas 20% do território. Mas como a FIBGE trabalha com o conceito de propriedade e há proprietários com mais de uma propriedade, a

concentração real é maior que a apresentada pelos números.

Veja-se a tabela nºXXIII na página 89 : as propriedades com área inferior a 10 hectares ocupavam 12% da área do município em 1940. Deixemos de lado a porcentagem representada pela mesma faixa em 1950, em virtude da anexação de Ocauçu, ocorrida na década de 40, já que a mesma área foi novamente desmembrada na década seguinte e que aquela área está distante da cidade sede do município, em torno da qual se concentram as chácaras. Em 1960 a participação percentual caíra para 10,4%. Mas a queda mais drástica estaria reservada para a década de 60, resultando em apenas 3,2% da área em 1970. Nesta faixa, no entanto, a tendência é para alguma recuperação, pois às pequenas propriedades estabilizadas principalmente pelas atividades hortifrutigranjeiras, acrescentar-se-ão as chácaras de recreio e residenciais que passaram a se constituir e a marcar uma das características da urbanização do campo.

Na faixa correspondente às áreas de 10 a menos de 100 hectares, houve uma redução de 50,5% em 1940 para 23,0% em 1960. Deixemos os dados de 1950 pelos motivos já citados. A partir daí, houve uma relativa estabilização, apresentando esta área um ligeiro crescimento entre 1960 e 1970. Mas somando-se as duas faixas anteriores, teremos uma redução contínua a partir de 1940, quando as propriedades com menos de 100 hectares somavam 62,5%, até os 33,4% em 1960 e 27,9% em 1970. E a tendência não apenas continua, como representa um movimento geral, quer no Estado de São Paulo, quer no Brasil como um todo. Tanto que no quinquênio seguinte, de 1970 a 1975, a participação percentual dessa faixa reduziu-se de 28,7% para apenas 24,8% na Alta Paulista e em proporções semelhantes na 11ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, no próprio Estado de São Paulo e no País.

As propriedades com 100 a menos de 1.000 hectares ampliaram sua participação relativa de 18,3% para 35,3% da área em 1960 e 44,7% em 1970. Aqui, uma situação excepcional: a partir de 1970 até 1975, a participação das propriedades dessa faixa ampliou-se de 45,0% para 47,3% na 11ª Região Administrativa, e de 46,6% para

TABELA XXIII - MARILIA - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA IMOBILIÁRIA RURAL POR QUANTIDADE E POR ÁREA. Valores Percentuais.

GRUPOS DE ÁREAS (em hectares)	1940		1950		1960		1970	
	Estab.	área	Estab.	área	Estab.	área	Estab.	área
Menos de 10	48,0	12,0	40,7	5,6	65,2	10,4	35,7	3,2
10 a menos de 100	49,8	50,5	51,8	32,9	30,9	23,0	54,2	24,7
100 a menos de 1.000	1,8	18,3	7,1	45,4	3,5	35,3	9,3	44,7
mais de 1.000	0,4	19,2	0,4	16,1	0,4	31,3	0,8	27,4

FONTE: FIBGE, Censos Agropecuários.

47,0% na Alta Paulista. Isso significa que na região em que está situada Marília, a Alta Paulista, a alteração percentual é quase inexistente, sendo o índice para a região como um todo puxado para cima pela "Alta Sorocabana de Assis", que teve aumento da participação da faixa estudada em quase 5 pontos percentuais (de 43,1% para 48,0%). Note-se que o ritmo de crescimento dessa faixa é semelhante ao do Estado de São Paulo (de 53,5% para 43,9%). Nos dados referentes ao Brasil, a faixa dos 100 a menos de 1.000 hectares tem uma participação decrescente, de 37,0% para 35,9% nos cinco anos (Tabela nº XXIV, p. 91).

A última faixa, das propriedades com mais de 1.000 hectares, apresenta uma evolução de 19,2% em 1940 para 31,3% em 1960, com nova queda para 27,4% em 1970. Embora a área ocupada por esse tipo de propriedade tenha diminuído, o número de propriedades aumentou. Não se trata, portanto, de constituição de novas propriedades, mas do fracionamento resultante principalmente de aquisições por herança.

O resultado é claro: enquanto no Brasil há redução da participação de propriedades com menos de 1.000 hectares, com concentração da propriedade no último estrato considerado, no Estado de São Paulo o decréscimo ocorre apenas nas pequenas propriedades, até 100 hectares, ficando mais ou menos estável a participação daquelas com 100 a menos de 1.000 hectares, com crescimento das maiores de 1.000 hectares. Há portanto um crescimento das grandes, aparentemente em detrimento da porcentagem das pequenas. Em Marília, no entanto, a tendência parece ser de ampliação da participação da faixa de 100 a menos de 1.000 hectares, seja em razão da anexação das pequenas, seja via fracionamento de algumas grandes. Portanto, mesmo considerando correta a avaliação do ERPLAN de que "...embora mantendo em 1975, de modo geral, índices inferiores aos do Estado e do País, o processo de concentração da propriedade fundiária se acentuou na região no período 70/75.", há de ser ressaltado: a) que a região inclui as terras da sub-região de Ourinhos, onde aumenta a participação das pro -

TABELA N^o - BRASIL X ESTADO DE SÃO PAULO X 11^a REGIÃO ADMINISTRATIVA- PROPRIEDADE DA TERRA POR CLASSE DE ÁREA TOTAL - 1970/1975.

UNIDADE GEOGRÁFICA	ANO	MENOS de 100 Ha		100 Ha a Menos de 1.000		1.000 Ha e mais	
		%	ÍNDICE	%	ÍNDICE	%	ÍNDICE
BRASIL	70	23,5	74	37,0	82	39,5	170
	75	21,4	68	35,9	80	42,7	183
Estado de São Paulo	70	28,6	90	53,5	97	27,9	120
	75	25,7	81	43,9	98	30,4	130
11 ^a Região	70	31,7	100	45,0	100	23,3	100
	75	27,4	86	47,3	105	25,3	109
Alta Paulista.	70	28,7	91	46,6	103	24,7	106
	75	24,8	78	47,0	104	28,2	121
Alta Sorocabana de Assis	70	33,7	106	43,1	96	23,2	100
	75	28,2	89	48,0	107	23,8	102
Zona de Ourinhos	70	32,9	104	45,4	101	21,7	93
	75	29,7	94	46,3	103	24,0	103

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FIBGE, Censos Agropecuários 1970/1975-
Tabela preparada pelo ERPLAN-11^a Região in: "Notas sobre a estrutura agrária da 11^a Região Administrativa".

priedades com 1.000 hectares a mais; b) que no município de Marília, a concentração se dá na faixa correspondente aos 100 a menos de 1.000 hectares.

h) Serviços

A importância do setor terciário no município sempre foi consequência do caráter central de Marília com relação a uma região mais ou menos vasta, cuja dimensão se ampliava conforme o deslocamento da frente pioneira, para passar a se reduzir na medida em que a constituição da malha viária transversal ao sentido interior-capital ia possibilitando o acesso das cidades polarizadas pela "capital regional" às cidades que polarizam a Sorocabana e a Noroeste.

Tal circunstância, já presente desde a situação de "ponta de trilhos" irá se reforçar com a implantação dos serviços correspondentes ao status de sede da 11ª Região Administrativa do Estado, conforme veremos em seguida.

O comércio atacadista, que em 1966 contava com apenas 35 estabelecimentos, apresentava em 1970, 57 empresas, sendo que o ramo principal era o de produtos alimentícios, composto por 33 empresas que ocupavam 292 pessoas. Seguem-se os 6 atacadistas de tecidos e seus artefatos e os 5 que trabalham com máquinas e material elétrico, que ocupavam respectivamente 44 e 53 empregados. Como os três ramos mencionados ocupam 391 dos 424 empregados do comércio atacadista local, é claro que os outros setores não tem importância, pelo menos segundo esse critério. Mas a presença do supermercado provocará profundas modificações no comércio atacadista.

O comércio varejista ocupa 2.316 pessoas, em seus 641 estabelecimentos. Considerando-se que em 1960 era composto de 530 estabelecimentos que ocupavam 1.333 pessoas, o crescimento do número de empresas foi de 21%, enquanto o número de empregados crescia 74%, passando a média de pessoas por empresa de 2,5% para 3,6% (FIBGE, Censo do Comércio, 1970).

Como o crescimento do número de estabelecimentos não acompanhou a produção do município, nem o crescimento populacional, temos que as empresas do setor têm um aumento da eficiência bem maior que seu aumento aritmético. Note-se aliás o desenvolvimento de supermercados e sucedâneos recentes, lojas desprovidas de luxo e conforto, que anunciam produtos sem embalagem e por preços supostamente inferiores.

A maior utilização unitária de força de trabalho pelo comércio está concentrada nos supermercados, seguidos dos revendedores de veículos e acessórios e do setor de ferragens e materiais de construção. Embora o último estivesse presente desde o início, é evidente que os outros dois são ramos do comércio intimamente ligados ao capitalismo moderno.

Com relação aos números brutos, os setores mais representativos são o de alimentos e bebidas, setor "tradicional" e o de tecidos.

A criação da 11ª Região Administrativa, embora venha apenas confirmar oficialmente as funções de centralidade e liderança desempenhadas por Marília, resultou de um jogo de reivindicações e influência políticas. E talvez por consequência de injunções políticas, talvez pelo caráter arbitrário de qualquer critério de divisão regional, a região colocada sob liderança burocrática de repartições públicas localizadas em Marília ficou composta por sub-regiões que pouco têm a ver com a sub-região da sede, como Assis e Ourinhos. Estas duas cidades, apesar de distarem apenas 70 e 80 quilômetros respectivamente, apresentam uma economia bastante diversa em razão da topografia, da qualidade das terras e de uma colonização que precedeu Marília em quase setenta anos, sem falar da rede de comunicações e transportes, quase totalmente independentes.

De qualquer maneira a implantação da Região Administrativa teve grande importância tanto pelo simples reforço da situação de liderança regional como pelos serviços e escritórios que implantou, com os respectivos empregos.

Assim, reforça-se a posição dos serviços na vida do município. Além de concorrer e suplantá-lo o setor secundário na ocupação da população economicamente ativa liberada pelo campo, chega mesmo a ultrapassar a metade da PEA do município:

TABELA Nº XXV- MARÍLIA- DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA -(10 anos e mais) - por ramo de atividade - 1940/1970.

	1940	1950	1960	1970
PRIMÁRIO	77,9	60,0	44,6	27,1
SECUNDÁRIO	5,4	10,7	11,7	22,6
TERCIÁRIO	16,7	29,3	43,7	50,2

FONTE-FIBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970.

As atividades urbanas utilizam apenas 72,8% da população economicamente ativa no município, em contraste com o Estado de São Paulo como um todo, que apresenta 79,5% da PEA em atividades urbanas (FIBGE, Censo Demográfico de 1970). No entanto a utilização da população ativa no setor terciário ultrapassa em muito o mesmo índice aplicado ao Estado, pois enquanto no município de Marília 50,2% da PEA estavam ligados ao setor terciário, no Estado a proporção era de apenas 48,1%:

Além do comércio, o que mais reforça o caráter de capital regional marcado pela Divisão Administrativa no cenário das atividades terciárias são as escolas superiores: medicina, enfermagem, odontologia, filosofia, ciências sociais, biblioteconomia, pedagogia, direito, administração de empresas, economia, educação física, contabilidade. As escolas atraem estudantes de vasta zona, que inclui vários Estados. E está claro que isso só é possível graças à distância da capital e de outros centros educacionais. Mas o mesmo também vale para outros serviços como a medicina, por exemplo.

É nesse contexto que se deve compreender a afirmação de OHTAKE: "Sem dúvida, Marília é um centro regional; mas o fato de uma cidade de seu porte e com suas características ser um centro regional só se explica tendo em vista as características da região em que está inserida." (OHTAKE, 1982:298)

i.- População

Ao tratarmos do período anterior, utilizamos os dados dos Censos Demográficos da maneira em que se encontravam nas publicações. Assim, registramos 81.064 habitantes no ano de 1940 e 86.844 em 1950 (p. 57). Aquelles eram os dados relativos à área do município nas respectivas épocas, tendo que ser usados dada a impossibilidade de obter dados referentes à área atual para períodos anteriores a 1940. A partir deste momento, trabalharemos com os números correspondentes à área que atualmente compõe o município. Para isso, vamos subtrair 11.891 habitantes do distrito de Oriente em 1940, porque esse distrito seria desmembrado na década. Ficamos com uma população de 69.173 habitantes para o ano de 1940. Fazemos o mesmo com 8.659 habitantes do Distrito de Ocaúço, que havia sido agregado ao município nos anos 40 e seria emancipado na década dos 50. Ficamos com uma população de 78.185 pessoas para 1950.

É claro que o ritmo de crescimento da população do município sofreu um arrefecimento depois de 1940 até nossos dias. E mesmo o baixo ritmo de crescimento da população compensa, pela concentração da população na sede, a perda de população dos pequenos municípios vizinhos e de toda a região conhecida como "Alta Paulista". Tanto isso é verdade que OHTAKE constatou um pequeno crescimento ao longo dos últimos quarenta anos, incluindo mesmo a década de crescimento negativo para a "área mínima comparável" composta por Marília, Echaporã, Lutécia, Oriente, Campos Novos Paulista, Oscar Bressane e Ocaúço (Ver tabela XXVI, p.96). Na mesma década (1960/1970) em que a área citada teve crescimento negativo, a população do município teve um crescimento de 8,02% e a sede cresceu 39,5%:

TABELA XXVI -MARÍLIA (ÁREA MÍNIMA COMPARÁVEL). EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL. 1940-1980.

MUNICÍPIOS (e respectivo ano de criação)	1940	1950	1960	1970	1980
Marília (1928)	81 064	86 844	90 884	98 176	121 877
Lutécia (1944)	-	8 387	7 978	4 417	2 987
Echaporã (ex-Bela Vista, 1885)	39 237	9 299	8 504	7 684	5 693
Oriente (1944)	-	11 867	11 615	8 781	6 474
Campos Novos Paulista (1948)	-	3 734	4 130	4 148	3 744
Oscar Bressane (1948)	-	7 145	6 871	4 199	3 066
Ocaçu (1959)	-	-	7 053	5 955	4 840
Total	120 301	127 276	137 035	133 360	148 681
Estado de São Paulo	7 180 316	9 134 423	12 974 699	17 958 693	25 040 698

FONTE: FIBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980, APUD OHTAKE, Maria Flora Gonçalves, 1982:236.

Na década de 40, o crescimento real da população da área que atualmente corresponde ao Município de Marília foi de 13,0%. Devemos notar no entanto que a população rural apresentou um crescimento negativo de 5,5%, basicamente em consequência da crise da cotonicultura. O pequeno crescimento da população foi portanto puxado pela urbanização. Com efeito, a população urbana cresceu 42,3%, em consequência do crescimento do parque industrial que dobrou na década e do consequente crescimento de 60% no emprego industrial e da expansão do comércio.

Nos anos 50 a população urbana ultrapassa a rural. E a perda de população rural só não foi mais intensa graças à reorganização das propriedades produtoras de café, produto que apresentava um bom desempenho, e da diversificação agrícola com a introdução do amendoim em substituição ao algodão. Mas mesmo assim a diminuição da população rural foi de 9,2%. Se houve crescimento de 16,2% na década foi principalmente graças à consolidação da posição de capital regional, com a implantação da cafeicultura no Norte do Paraná e a ampliação da área de influência da cidade e consequentemente aumento da demanda de serviços urbanos. A indústria, embora apresentasse uma reacomodação muito forte graças à substituição das fiações e tecelagens pela indústria do óleo de amendoim e outros e à implantação de indústrias de alimentos e implementos agrícolas, não foi capaz de aumentar consideravelmente a absorção da força de trabalho.

O crescimento da população na década de 60 foi muito pequeno, de apenas 8,0%, sendo mesmo inferior ao crescimento vegetativo, o que indica forte migração. Mas o que marca a década são as seguintes características: a) diminuição da população rural, graças ao crescimento da força de trabalho rural residente na cidade (volante); b) aumento da pecuária, atividade poupadora de força de trabalho; c) mecanização agrícola; d) consolidação do setor industrial.

Finalmente na década de 70 as tendências se aprofundaram. O incremento populacional, embora maior que o das décadas anterior

res, continua baixo. Mas a urbanização se torna marcante, pois ao final da década apenas 11,9% da população estavam residindo no campo. Com a saída da indústria de óleos alimentícios, cujas maiores fábricas se transferiram para outras regiões e a consolidação das indústrias alimentícias e da metalurgia, definiu-se claramente o perfil do setor de transformação industrial. Também se definiu mais claramente na década o caráter de cidade prestadora de serviços.

A PEA tem sua ocupação cada vez mais marcada pelo setor terciário, principalmente depois da criação da 11ª região Administrativa. Mas a implantação dos serviços correspondentes apenas reforçou uma tendência que se manifestava desde o início da história do município e portanto da região.

CAPITULO IV - CONCLUSÕES

Temos visto que tal como havíamos proposto, a indústria local nasceu no bojo da expansão industrial subsequente à crise de 1929, solidificando-se a partir de 1936. Na verdade, a cidade não é produto do café, mas é consequência da expansão da cafeicultura. Espero ter demonstrado que a acumulação inicial somente foi ligada ao café na medida em que parte dos primeiros proprietários eram cafeicultores egressos da zona velha; na medida em que quase toda atividade econômica inicial estava ligada à constituição da cafeicultura. Mas a produção do café só se tornaria considerável a partir de 1929, portanto sob preços escassamente remuneradores, se é que chegavam a tanto. A industrialização foi, portanto, consequência da cotonicultura.

A estrutura fundiária obedeceu, com variações de ritmo, a dois grandes movimentos: o primeiro, desde a ocupação do território até o estabelecimento da cotonicultura, com o fracionamento da propriedade. O segundo, da reconcentração, começou em meados da década de 40 e continua até hoje. Em primeiro lugar, implantada a apropriação capitalista da terra, existe sim uma tendência à concentração da propriedade fundiária. Mas também é verdade que as características de certos produtos exercem influências naquela apropriação.

Também vimos que a consolidação do setor industrial se deu na década de 60, quando a indústria brasileira passa a se mover numa dinâmica especificamente capitalista. Mais que isso, toda economia do município se altera quando o trabalho passa a se subordinar às técnicas do capitalismo, comandando a tendência ao estabelecimento de relações sociais capitalistas.

Até o setor rural, fortemente influenciado pelo magnetismo exercido pelos centros dinâmicos da acumulação do capital, que passa a demandar força de trabalho, alimentos e matérias primas, ao mesmo tempo em que oferecem insumos industriais, sofre modificações profundas. Veja-se, a respeito, o exemplo da produção de melancia.

Evidentemente estou falando da constituição do presente e portanto das condições que se criam para o processo em direção ao futuro. É importante que isso fique claro, principalmente para evitarmos erros na interpretação de certas atividades quase sazonais como a indústria madeireira, no nosso caso acompanhando a frente de expansão. Ou o da indústria química, frá-

BIBLIOGRAFIA.

- ABREU, Dióres Santos. Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente. Presidente Prudente, FFCL, 1972.
- AURELIANO, Liana Maria. No Limiar da Industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- BAER, Werner. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio, FGC, 1977, 3ª edição.
- CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, Difel, 1977.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Tardio. Campinas, Unicamp, 1975. Tese-doutoramento. Mimeo.
- CASTRO, Antonio Barros de. 7 Ensaaios sobre a Economia Brasileira. Rio, Forense, 1971.
- COBRA, Amador Nogueira. Em um Recanto do Sertão Paulista. São Paulo, Hennes Irmãos, 1923.
- DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo. São Paulo, Difel, 2ª edição, s.d.
- DEBES, Célio. A Caminho do Oeste. São Paulo, Edição Comemorativa do Centenário de Fundação da Companhia Paulista, 1968.
- D'INCAO, Maria Ângela. "População, Ocupação Produtiva e Estrutura Fundiária". Marília, Ensaaios nº 1, 1978.
- FRANÇA, Ary. A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras. Rio, Conselho Nacional de Geografia, 1960.
- FRANÇA, Antonio M. Album de Araraquara. Araraquara, João Silveira Editor, 1915.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1980, 17ª edição.
- GARCIA, Ana Elisa Brito. Contribuição para o Estudo do Arrendamento e Parceria Agrícola no Estado de São Paulo. São Paulo, Tese-doutoramento, USP, 1972.
- GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1978.
- GUIDUGLI, Odeibler Santo. A geografia da população urbana: aspectos teóricos e o caso de Marília. São Paulo, USP, 1979,

- MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Café e Ferrovias. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MONBEIG, Pierre. Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira. São Paulo, Difel, 1957.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Plantadores de São Paulo. Marília, 1977. Mimeo.
- MOREIRA, Balthazar de Godoy & MAGALHÃES, Alcides Lages de. Marília, Cidade Nova e Bonita. Marília, Magalhães, 1936.
- MOREIRA, Balthazar de Godoy. "Minhas Memórias de Marília". In Correio de Marília, 1º de Maio de 1978.
- MOTTA, Ilse Hildegard Haupt da. O Uso da Terra no Município de Marília. São Paulo, USP, Tese-doutoramento, 1972, mimeo.
- MULLER, Geraldo. Penetração das Empresas Transnacionais nos Complexos Agroindustriais da Pecuária de Carne, Pecuária Leiteira, Cereais, Oleaginosas e Fumos. São Paulo, CEBRAP, 1979, mimeo.
- OHTAKE, Maria Flora Gonçalves. O Processo de Urbanização em São Paulo: Dois Momentos, Duas Faces. São Paulo, 1982, mimeo.
- PÓVOAS, Glycerio. Marília. Marília, Prefeitura Municipal, 1947.
- PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1969, 11ª edição.
- SALLUM JR., Brasílio. Capitalismo e Cafeicultura: Oeste Paulista, 1888-1930. São Paulo, Duas Cidades, 1982.
- SILVA, Líana Maria Lafayette Aureliano da. No Limiar da Industrialização: Estado e acumulação de capital, 1919-1937. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1976. Tese de doutoramento.
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-ômega, 1976.
- TAVARES, Maria Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- VIEIRA, Francisca Izabel Schurig. O Japonês na Frente de Expansão Paulista. São Paulo, Pioneira, 1973.